



cgée

Relatório de 5 anos 2001-2006

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação



Relatório CGEE 5 anos

Brasília, setembro 2006

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ciência, Tecnologia e Inovação

Presidenta

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO

Diretor Executivo

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretores

ANTÔNIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Gestor Administrativo

ALDINO GRAEF

SCN Quadra 2, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, sala 1102

70712-900 Brasília, DF. Tel: (55.61) 3424-9600, Fax: (55.61) 3424-9661

<http://www.cgee.org.br/>

e-mail: info@cgee.org.br

Design e projeto gráfico: Anderson Moraes

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

Impresso em Brasília, 2007

Sumário

Resumo Executivo	5
Mensagem do Conselho.	9
Apresentação	11
O CGEE	13
CGEE – Uma organização social do sistema de CT&I	14
Missão institucional e funcionamento	14
Subsídios à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	15
Parcerias: base da atuação do Centro	16
Interação com os Fundos Setoriais	17
Linhas de Atuação	18
Estudos prospectivos em CT&I	19
Recursos Hídricos	19
Energia	20
Perfil Futuro do Profissional da Pesquisa	21
Nanotecnologia	22
Biocombustíveis	23
Etanol	23
Biotecnologia	25
Mudanças Climáticas Globais	26
Tecnologias da Informação e Comunicação	27
Mapeamento de rotas tecnológicas para a Petrobras	27
Cadeia de valor do setor de turismo no Brasil e redesenho de rotas aéreas	28
Amazônia	29
Planejamento e Avaliação do Sistema de CT&I	31
Livro Branco de CT&I	31
Apoio aos Fundos Setoriais	32
Institutos do Milênio	32
Inova Nordeste	33
Projeto Brasil 3 Tempos	34
Avaliação dos Fundos Setoriais	35
Apoio metodológico ao planejamento estratégico nas unidades de pesquisa do MCT	36
Apoio metodológico ao planejamento estratégico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).	36
3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	37
Programa de Pesquisa do Brasil na Antártica	39
Financiamento à inovação	40

Papel das instituições estaduais do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária	40
Apoio ao Fórum de Competitividade em Biotecnologia	40
Desenvolvimento dos Planos Tecnológicos Setoriais (PTS) e Iniciativa Nacional de Inovação (INI)	41
Dimensão Territorial dos Planos Plurianuais	42
Pesquisa Oceanográfica.	43
Seminário sobre a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)	44
Difusão em CT&I.	45
Portal Inovação	46
Revista Parcerias Estratégicas	47
Sistema Kori	47
<i>Web site</i> do CGEE	48
Evolução dos recursos financeiros.	49
Receitas e dispêndios	49
Desafios e perspectivas	53
Composição do CGEE	55
Conselho de Administração	55
Ex-conselheiros	56
Presidentes	56
Diretores	56
Gestor Administrativo	56
Corpo técnico	57

Resumo Executivo

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), criado em setembro de 2001, tem seu foco na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Seus estudos de futuro e as análises estratégicas, assim como outras atividades afins, têm o objetivo de servir de apoio aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas no setor de CT&I. Sua natureza institucional é relativamente nova no cenário do Sistema Nacional de CT&I: o Centro é uma Organização Social, portanto, responde a um Conselho de Administração. Em sua rotina, mobiliza um conjunto de atores formado por seu corpo diretivo e técnico-funcional, especialistas, formuladores de políticas e tomadores de decisão. Suas atividades são fundamentadas no pressuposto de que o conhecimento é elemento propulsor do desenvolvimento sustentável. Balizando suas ações por uma visão de futuro e pela busca de excelência, desenvolve suas atividades com base no compartilhamento de idéias.

Nos seus cinco anos de existência, o CGEE mobilizou e interagiu com mais de 10 mil especialistas e cerca de 1.500 instituições, tendo produzido 360 estudos e análises. Com uma estruturação organizacional das mais modernas, mantém Contrato de Gestão com a União, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desde abril de 2002. Esse contrato foi consolidado até setembro de 2006 por nove termos aditivos, instrumentos facilitadores de uma dinâmica de planejamento e execução dos planos de trabalho do Centro e norteadores da execução orçamentária realizada nesse período. A esses, somou-se um elenco de contratos administrativos com diversos ministérios e organizações públicas e privadas, previamente analisados e aprovados pelo Conselho de Administração da entidade. Para a execução de suas atividades, o Centro mobilizou, no período de 2002 a 2006, receitas globais no montante de R\$ 67 milhões.

Mediante interação crescente com as principais instâncias de elaboração e implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), o Centro buscou agregar valor a cada um de seus produtos, ao aproximar atores e propagar os conteúdos dos principais fóruns nacionais e internacionais em que o conhecimento é insumo das transformações desejáveis ao progresso social. Seu posicionamento em relação às instâncias decisórias possibilitou fomentar sinergias e prover subsídios à formulação de políticas públicas em CT&I, tendo participado da concepção de

mecanismos e instrumentos de promoção da inovação nas empresas, em especial a subvenção econômica para realização de P&D.

Em um processo contínuo de articulação com as principais instituições do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, incluindo segmentos públicos e privados, governo e terceiro setor, o CGEE concluiu estudos prospectivos, realizou análises e avaliações e difundiu informações seguindo metodologias desenvolvidas e adaptadas, caso a caso, por suas próprias equipes, com o apoio de especialistas. Temas considerados como estratégicos para o País e selecionados para estudos incluem recursos hídricos, energia, perfil futuro do profissional de pesquisa, nanotecnologia, biocombustíveis, biossegurança, célula combustível, biotecnologia, mudanças climáticas globais, tecnologias de informação e comunicação, etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, cadeia de valor do setor de turismo no Brasil e Amazônia.

Entre as atividades de avaliação e planejamento e difusão em CT&I, realizadas pelo Centro, destacam-se a elaboração do Livro Branco em CT&I; apoio à implementação dos Fundos Setoriais e montagem de suas Secretarias Técnicas; avaliação dos Institutos do Milênio; realização do Inova Nordeste; geração

2001

Montagem das secretarias técnicas dos Fundos Setoriais

Subsídios para a elaboração de propostas de documentos de diretrizes básicas dos Fundos (prospecção de curto prazo)

2ª Conferência Nacional CT&I e assembléia de criação do CGEE (20/9/2001)

Instalação do Conselho de Administração do CGEE (12/11/2001)

Montagem das secretarias técnicas dos Fundos Setoriais

Evolução institucional

Atividades desenvolvidas

2002

1ª avaliação de aderência dos Fundos Setoriais às suas diretrizes básicas

Avaliação dos primeiros editais do CTInfra

Edição do Livro Branco de C,T&I

10 Secretarias Técnicas de apoio ao MCT na gestão dos Fundos Setoriais em operação

Qualificação do CGEE como O.S. (9/1/2002)

Eleição da Diretoria do Centro (24/1/2002)

Bases metodológicas para atividades prospectivas

Parcerias Estratégicas 14 com memória da 2ª Conferência Nacional de CT&I e Livro Branco CT&I

Assinatura do Contrato de Gestão de 5 anos com o MCT (16/4/2002)

Interveniência da Finep no Contrato de Gestão (9/9/2002)

Contratos administrativos com a Finep

2003

Prospecção tecnológica em energia e recursos hídricos

Trabalhos para a Presidência da República: Prospecções em Mudanças Climáticas Globais, Biocombustíveis, Nanotecnologia e TICs

Subsídios técnicos para Projeto Brasil 3 Tempos

Ações junto à Presidência da República

de subsídios técnicos para o Projeto Brasil 3 Tempos; avaliação dos Fundos Setoriais; planejamento das unidades de pesquisa do MCT, em especial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; apoio à realização da 3ª Conferência Nacional de CT&I; desenvolvimento do Portal Inovação; realização da Pesquisa Oceanográfica e ProAntar; pesquisa sobre o papel das instituições estaduais de pesquisa integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária; apoio ao Fórum de Competitividade em Biotecnologia; desenvolvimento dos planos tecnológicos setoriais e iniciativas nacionais de inovação e dimensão territorial dos Planos Plurianuais. A isso, acrescenta-se a atividade editorial para a difusão dos trabalhos, com destaque para a revista Parcerias Estratégicas e o sistema Kori, base de dados disponível no sítio do CGEE, reservada às informações sobre prospecção em CT&I.

Nesta sua breve trajetória, o CGEE pode apontar significativas realizações, com presença marcante no moderno cenário institucional de CT&I que vem se conformando no Brasil nos últimos dez anos. Além de prestar apoio ao MCT na formulação de políticas, vem sendo chamado a contribuir para os trabalhos do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), órgãos de assessoramento superior da Presidência da República, e dos Ministérios de Planejamento, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e de Turismo.

2004

Prospecção sobre perfil futuro do profissional de pesquisa

Avaliação dos Institutos do Milênio

Sistema de acompanhamento de atividades do CGEE

2005

Portal Inovação

Planejamento estratégico das unidades de pesquisa do MCT

Avaliação dos Fundos Setoriais

Contratos administrativos: Biotecnologia (MDIC), Nanotecnologia (AEB), Cadeia de valor no turismo (MTur),

3ª Conferência Nacional de C,T&I

Projeto Inova Nordeste

Subsídios técnicos para a produção de grandes quantidades de etanol de cana-de-açúcar

Financiamento à Inovação (subvenção econômica para P&D nas empresas)

Mudança da presidência do Centro

2006

janeiro - outubro

Recursos humanos para inovação

Avaliação OEPAs

ABDI:
4 Iniciativas Nacionais de Inovação (INI)
10 Planos Tecnológicos Setoriais (PTS)

Planejamento Estratégico do Inpe

Dimensão territorial do PPA (MP)

Estudos NAE:
Rede de conhecimento da Amazônia,
Qualidade da Educação, Demografia e
Vigilância Tecnológica

Apoio ao Conselho Nacional
de Ciência e Tecnologia (CCT)

Participação do CGEE no Comitê
de Coordenação dos Fundos Setoriais



Mensagem do Conselho

A memória do que se fez em cinco anos de atividades no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) serve como ponto de reflexão aos membros do Conselho de Administração, especialmente por ser essa a instância de orientação e deliberação sobre as diversas propostas de atuação e empreendimentos narrados neste relatório.

Em relação ao projeto institucional original, concebido em 2001, no âmbito da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), pode-se afirmar que a agenda então delineada foi cumprida e ampliada. Somaram-se às competências desenvolvidas inicialmente um maior apreço ao planejamento de médio e longo prazos, a realização de estudos prospectivos nas diferentes áreas do saber, avaliação estratégica e fomento a mecanismos eficazes de gestão do conhecimento.

Ciente de que a 'bandeira' necessária à atualidade e ao futuro é a da inovação, a equipe do Centro buscou associar-se e criar sinergia com os diversos segmentos da sociedade que podem colaborar nessa verdadeira 'cruzada' em prol da disseminação de uma mentalidade e práticas inovadoras, consoantes com o progresso das nações que alcançaram maior geração de riqueza e qualidade de vida.

Parabéns à presidência, diretoria, corpo técnico e parceiros do CGEE. Especial menção e agradecimento ao apoio indispensável dos colaboradores do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e de seus titulares. Que seja possível experimentar, no próximo quinquênio, a mesma satisfação inerente a toda

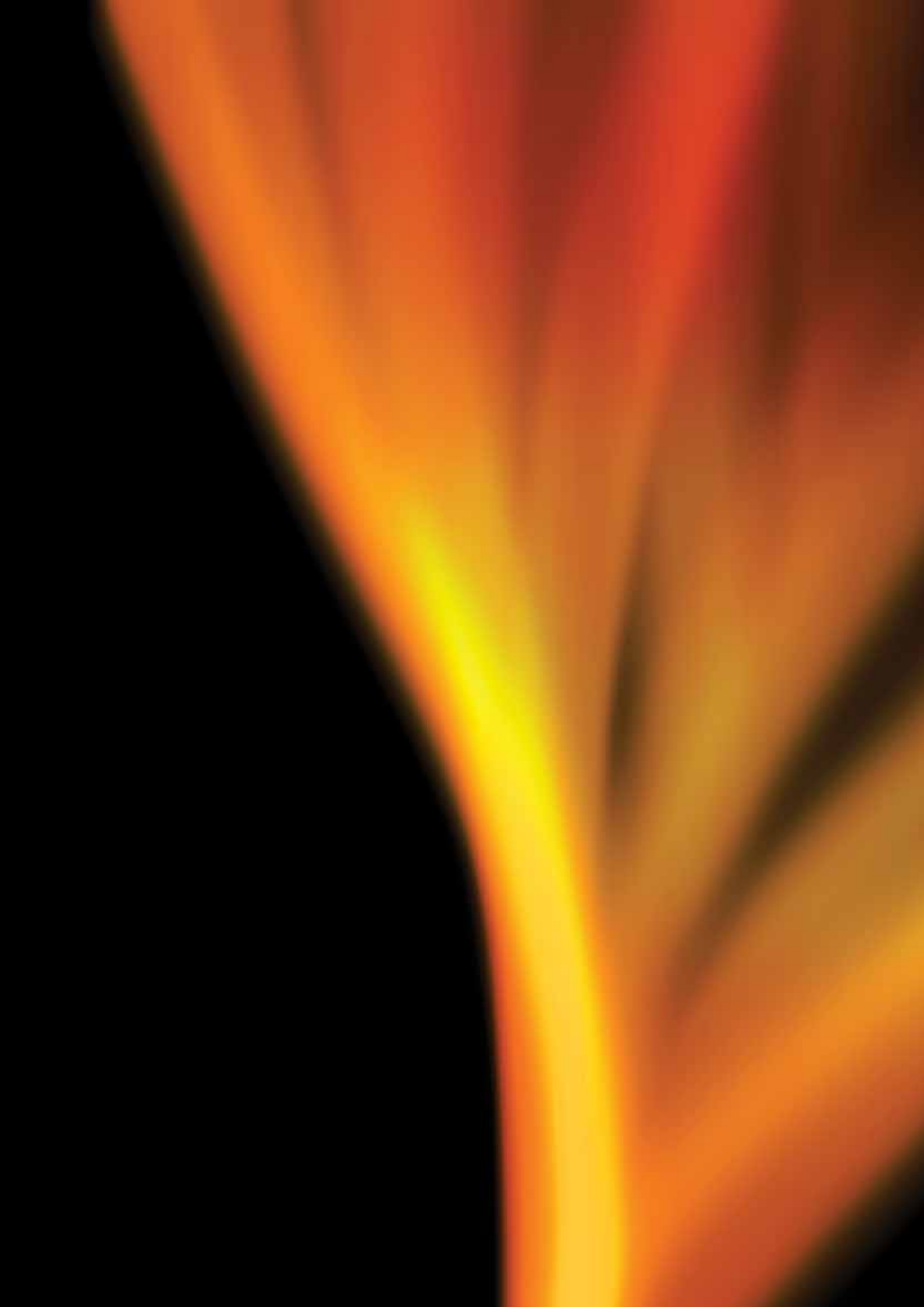


missão cumprida e ao reconhecimento por um trabalho expressivo para o avanço da CT&I no Brasil.

Evento de comemoração dos 5 anos do CGEE

Eduardo Moacyr Krieger

Presidente do Conselho de Administração



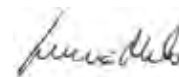
Apresentação

Os resultados destacados neste relatório de 5 anos do CGEE indicam o surgimento de um novo ambiente de formulação de políticas de CT&I, voltado para a construção de alternativas de futuro para o Brasil, fortemente embasadas no conhecimento e na perspectiva de impulsionar a inclusão e o desenvolvimento social.

A mobilização de competências nacionais e estrangeiras e um importante trabalho de articulação constituem as bases fundamentais da metodologia de trabalho do CGEE, conferindo à instituição um espaço que a distingue e a aproxima do conjunto dos atores que compõem o Sistema Nacional de CT&I.

As realizações, conquistas e obstáculos vencidos, bem como as contribuições já visíveis, conforme expresso nesta publicação, demonstram a singularidade e a pertinência dos empreendimentos do Centro. O tipo de contribuição gerada só ganha relevo à medida que a sua construção respalda-se no reconhecimento de sua importância para a definição de estratégias de desenvolvimento para o País. Isso, em parte, já foi iniciado e necessita ser ampliado.

As perspectivas de desenvolvimento institucional já assinaladas em agendas de atividades futuras do Centro são as mais promissoras e atraentes para todos os que queiram enfrentar novos desafios, que surgem ao se lidar com cenários futuros, em um ambiente institucional caracterizado pela proximidade com instâncias decisórias. Tal horizonte de atuação proporciona ao Centro e a seus colaboradores um posicionamento instigante e privilegiado ao se buscar contribuir de forma efetiva na formulação de políticas de Estado para a CT&I.



Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Presidenta do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Promulgada a Lei
da Organizações Sociais (O.S.)

1997

1998

1999

2000

2001

Início da assistência preparatória
Pnud /BRA/00/045

jan

fev

mar

abr

mai

jun

jul

2ª Conferência Nacional CT&I e
assembléia de criação do CGEE
(20/9/2001)

ago

set

out

nov

dez

O CGEE

Nos últimos anos, o governo brasileiro colocou em curso um intenso processo de modernização do sistema federal de CT&I. Este processo, liderado pelo MCT, tem como principais objetivos envolver amplamente atores relevantes da sociedade na formulação e implementação de políticas, programas e projetos em CT&I; aumentar e diversificar as fontes e mecanismos de investimentos, de forma sustentável; fortalecer a infra-estrutura de pesquisa e estimular o processo de inovação, com vistas à consolidação da base científica e inserção de CT&I na agenda econômica e social brasileira.

A modernização experimentada pelo Brasil na área de CT&I desde o final da década de 90 pode ser ilustrada pelas seguintes iniciativas: a criação dos Fundos Setoriais, geridos de forma participativa com instituições representativas, e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; a aprovação da Lei de Inovação e de seu decreto de implementação; a formulação e implementação da Política



2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); a recente apresentação de editais de subvenção econômica para realização de P&D no âmbito das empresas; e a realização sistemática de conferências regionais e nacionais de CT&I.

Nesse contexto, a criação do CGEE configurou-se muito oportuna, ao possibilitar transformar em processo o que as conferências nacionais

faziam na forma de evento. Após consulta às comunidades acadêmica e empresarial, o MCT, submeteu à 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação a proposta de criação do Centro, em assembléia realizada no dia 20 de setembro de 2001, presidida pelo ministro Ozires Silva. Cerca de 270 pessoas, provenientes de 22 estados da Federação e vinculadas a mais de 100 instituições nacionais, assinaram a ata de fundação, em uma clara demonstração do grau de adesão à idéia.

CGEE – Uma organização social do sistema de CT&I

Por decisão governamental, após a condução de um projeto de assistência preparatória com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o CGEE foi inicialmente estabelecido como associação civil sem fins lucrativos. A Diretoria do Centro, eleita durante a assembléia de criação, iniciou, então, o processo de implantação da organização.

Qualificado como Organização Social (OS), pelo Decreto nº 4.078 da Presidência da República, em 9 de janeiro de 2002, o CGEE passou a integrar o conjunto de OSs atuantes no sistema de CT&I, formado pela Associação Brasileira de Tecnologia Luz Síncrotron (ABTLuS), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Essa qualificação habilitou o Centro a firmar, em 16 de abril de 2002, um contrato de gestão com a União, tendo o MCT como órgão supervisor. Em 9 de setembro de 2002, celebrou-se o primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para, entre outras providências, “incluir a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), como interveniente no supramencionado Contrato de Gestão, para fomentar em conjunto com o MCT as atividades do CGEE”.

Missão institucional e funcionamento

São objetivos da instituição, estabelecidos em sua origem e constantes de seu Estatuto:

promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos;

promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;

difundir informações, experiências e projetos à sociedade;

promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência, tecnologia e produtivo;

desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e

prestar serviços relacionados a sua área de atuação.



Figura 1. Conselho de Administração do CGEE

Os associados do Centro, pessoas físicas e jurídicas, têm a prerrogativa de participar ativamente de suas atividades e escolher um representante para o Conselho de Administração (CA), órgão superior de deliberação e orientação, cuja composição é apresentada na figura 1.

A fase inicial da institucionalização do CGEE foi concluída no primeiro semestre de 2002, com a instalação do CA e da Diretoria, aprovação dos regimentos de ambas as instâncias e implementação dos

regulamentos principais (compras e contratações, pessoal e administração contábil e financeira).

O CGEE, na qualidade de OS, pode firmar contratos administrativos com quaisquer instituições públicas ou privadas, sendo submetido a processos de avaliação periódicos a cargo de uma comissão especialmente nomeada para esse fim pelo órgão supervisor, o MCT.

Subsídios à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A institucionalização do CGEE correspondeu à valorização, à mobilização e à articulação de competências nos meios acadêmicos, governamentais e empresariais com o objetivo de embasar e impulsionar um amplo conjunto de ações pertinentes a CT&I.

Nos estudos prospectivos setoriais, nas atividades de planejamento e avaliação e de difusão em CT&I, conduzidos pelo CGEE, há predominância de demandas que são efetuadas pelo MCT, em razão dos conteúdos da PNCT&I. Os termos aditivos ao Contrato de Gestão são instrumentos que imprimem uma dinâmica de atualização aos planos de ação do Centro em consonância com essa Política, que, por sua vez, recebe subsídios do CGEE para a sua formulação.

Nesse horizonte de atuação, o Centro é chamado a contribuir com subsídios aos trabalhos do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e condução da PNCT&I. Interage também com o Legislativo, no aporte técnico-científico ao conteúdo de leis que tenham interseção com CT&I, e com o poder Judiciário, em questões associadas ao modelo de organização social e sua gestão.

Parcerias: base da atuação do Centro

O CGEE adota procedimentos que privilegiam a atuação por meio de parcerias, com ampla gama de diversidade que se reflete na agenda de atividades da instituição.

As demandas por trabalhos são oriundas de organizações como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o Ministério da Cultura (MC), com as quais são celebrados contratos administrativos de diferentes escopos.

Aos contratos, somam-se acordos de cooperação formalizados com a Academia Brasileira de Ciências, Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Instituto Euvaldo Lodi, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Empresa Gerenciadora de Projetos Navais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Fórum de Biotecnologia, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, das Nações Unidas.

Em termos de cooperação internacional, o CGEE é membro do European Science and Technology Observatory e da World Future Society, e participa dos principais fóruns mundiais sobre prospecção e formulação de políticas públicas em CT&I.

Interação com os Fundos Setoriais

Os parceiros que impulsionaram a criação do CGEE são os mesmos atores que conduziram a engenharia política que deu origem aos Fundos Setoriais (FS), criados como fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o País e administrados pela Finep.

Experiências de apoio setorial governamental têm sido aplicadas desde os anos 80. No Brasil, antes dos Fundos Setoriais, havia sido criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), dedicado a incentivar o desenvolvimento de setores prioritários.

Coube ao CGEE, inicialmente, fornecer o apoio técnico requerido para a tomada de decisões relacionadas com estes Fundos, por meio das secretarias técnicas dos FS, nele instaladas. Além disso, a função de avaliação desses Fundos também foi-lhe atribuída, em particular no que se refere à análise de aderência das carteiras dos mesmos às suas diretrizes básicas e dos impactos econômicos, sociais e ambientais dos Fundos. Isso faz do Centro um espaço de debate privilegiado em meio às diversas iniciativas de construção de um Sistema Nacional de Inovação, em um momento de valorização de um 'I' agregado ao binômio C&T.

Com a absorção, em 2003, dessas secretarias pelo MCT, o CGEE manteve a vocação para ser o interlocutor técnico-científico entre os vários atores da área de CT&I, desempenhando um papel de conciliador e integrador das diferentes demandas provenientes do MCT, de suas agências e de seus parceiros, especialmente no que tange à avaliação dos resultados associados aos Fundos Setoriais, preservando o aprendizado coletivo desenvolvido.

A partir de 2004, intensificou-se a preocupação de atender aos representantes da iniciativa privada que requeriam ações governamentais mais integradas, contemplando também os interesses das empresas, visto que boa parte da receita dos 16 FS vem de contribuições cobradas ao setor produtivo.

A busca por resultados dos projetos financiados por essa fonte de recursos incrementou um canal de interação com o Centro, especialmente em relação à avaliação estratégica de alguns portfólios dos fundos e à necessária construção de excelência em indicadores de avaliação de desempenho.

Linhas de Atuação

O CGEE configura-se como uma inovação institucional, constituindo um espaço propício à confluência de ações dos setores público e privado. No atual contexto de intensa evolução tecnológica, compõe um ambiente de elaboração de idéias, obtenção de consensos e identificação de oportunidades, capaz de abrigar visões distintas e, a partir da diversidade, construir o futuro. Em seu curto tempo de vida, tornou-se um facilitador da construção de estratégias e da geração de subsídios aos processos decisórios na área de CT&I.

O Centro consolida-se como uma organização de referência para o suporte aos processos contínuos de tomada de decisão de políticas, programas e instrumentos em sua área de atuação, considerando-se a dimensão cada vez mais estratégica do conhecimento. A agenda do CGEE contempla as competências essenciais em Prospecção, Avaliação e Planejamento e Difusão do Conhecimento.

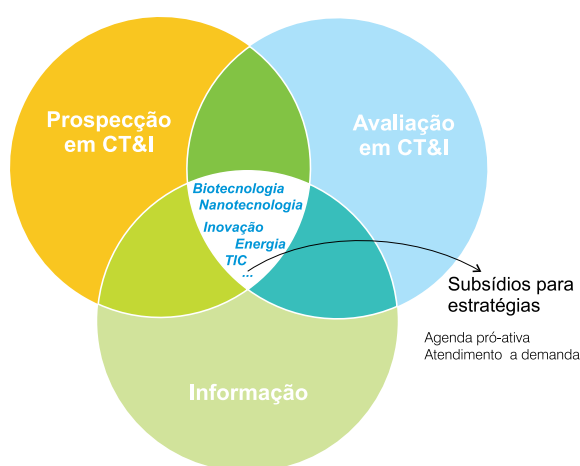


Figura 2. Competências Essenciais do CGEE

No espaço de convergência dessas competências, ilustrado na figura 2, estão áreas e temas de atuação privilegiada do Centro, cujos impactos sócio-econômicos, atuais e potenciais, demandam um alto grau de integração.

Nas seções seguintes, são apresentados, sucintamente, os principais resultados dos trabalhos do Centro, traduzindo suas competências essenciais em estudos prospectivos, planejamento e avaliação e

difusão em CT&I. Esses resultados resumem a história da instituição, nessa sua breve trajetória.

Esses resultados podem ser encontrados no sítio do Centro – www.cgee.org.br – que contém todos os tópicos de P&D priorizados e a íntegra das recomendações e propostas concretas de ação apresentadas.

Estudos prospectivos em CT&I

O debate e a reflexão sistemática são essenciais para a construção do futuro. Os estudos prospectivos constituem um processo que envolve diversos atores na identificação de possibilidades e no suporte às decisões sobre o desenvolvimento. No CGEE, ocorreram avanços conceituais, metodológicos e operacionais importantes para a condução de estudos prospectivos, favorecendo as interações entre tecnologia e sociedade. A seguir, é feito um relato sucinto dos principais estudos prospectivos realizados no período aqui considerado.

Recursos Hídricos

A atividade prospectiva sobre recursos hídricos foi encomendada ao CGEE pelo Comitê Gestor do Fundo de Recursos Hídricos (CT-Hidro), orientando-se para que as políticas, programas e projetos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação incorporassem o resultado do debate sobre questões de natureza multissetorial e multidisciplinar no uso da água e a busca de soluções sustentáveis para os graves problemas que esse setor enfrenta.

Nessa atividade, buscou-se a articulação dos principais atores governamentais, empresariais e acadêmicos envolvidos com a problemática da água, que atuam em áreas correlatas como agricultura (irrigação), saúde (qualidade da água), minas e energia (águas subterrâneas e variabilidade climática), com o objetivo de desenvolver uma visão integrada e sistêmica dos principais componentes do desenvolvimento científico e tecnológico voltados para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos.

Por orientação do Comitê Gestor do CT-Hidro, o CGEE planejou essa atividade para identificar tópicos em CT&I no universo de seis temas selecionados, a saber: qualidade da água superficial; qualidade da água subterrânea; saneamento; clima e recursos hídricos; produtos e equipamentos; e racionalização do uso da água no meio rural, utilizando para isso recursos financeiros do (FNDCT) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Durante a realização dos painéis de especialistas e do workshop para discussão e priorização dos tópicos tecnológicos, seguindo uma metodologia que respeitava a orientação básica adotada, os

peritos envolvidos registraram um conjunto de recomendações gerais que visam soluções para gargalos de natureza sistêmica para a pesquisa e gestão integrada dos recursos hídricos no País, registradas a seguir:

formação de redes de pesquisadores, com perfil multidisciplinar, que incluam grupos emergentes com fixação regional, preferencialmente com componentes internacionais;

desenvolvimento de projetos-piloto que representem a realidade brasileira;

apoio às empresas existentes, no desenvolvimento de produtos para tornar eficientes a coleta, o processamento e a avaliação dos dados hidrológicos, priorizando a inovação tecnológica no processo de aumento da produtividade;

avaliação da capacidade instalada da rede de monitoramento, laboratórios e pessoal no País, complementando estudos realizados, e identificando necessidades de monitoramento ideais e o estágio atual das principais redes;

investimentos em infra-estrutura de laboratórios ligados a instituições de CT&I, particularmente aquelas atuantes em redes de apoio às agências reguladoras e instituições públicas envolvidas na gestão de recursos hídricos;

pesquisas sobre instrumentos para gestão da qualidade da água aplicáveis à realidade brasileira.

Energia

Encomendada pelo Comitê Gestor do Fundo de Energia (CT-Energ) e financiada com recursos do FNDCT, a atividade prospectiva em Energia teve como objetivo principal oferecer indicações de prioridades e recomendações para a tomada de decisão sobre investimentos em ações de CT&I no âmbito desse Comitê Gestor. Nessa atividade, buscou-se, essencialmente, identificar as tecnologias que serão necessárias nas próximas décadas para dar suporte à evolução da matriz energética nacional. Para esse fim, o CGEE utilizou os resultados das atividades prospectivas conduzidas em 2002, que envolveram uma análise dos tópicos priorizados pelo Programa Prospector em Energia, os estudos existentes de planejamento energético e o mapeamento preliminar de competências e da infra-estrutura de pesquisa instalada no País nesse setor. A análise desses elementos culminou com a identificação preliminar de 64 tópicos tecnológicos que serviram de base para as ações conduzidas em 2003 no contexto dessa atividade prospectiva.

Os resultados dessa prospecção apontam sete tópicos prioritários em CT&I, consistentes com as visões de futuro para o setor e desenvolvidas durante os trabalhos:

tecnologias e materiais para aumento da eficiência energética em equipamentos de uso industrial;

desenvolvimento e implementação de tecnologias de transesterificação com etanol e metanol de óleos vegetais para utilização como biodiesel;

tecnologias e materiais para aumento da eficiência energética em equipamentos e sistemas utilizados nos setores de comércio e de serviços;

desenvolvimento de modelos de planejamento integrado;

etanol da cana-de-açúcar: melhoramento genético (inclusive transgênicos), novas tecnologias para a produção da cana e no processamento industrial;

desenvolvimento de sistemas elétricos isolados;

tecnologias de recuperação e pré-processamento de resíduos para culturas de grandes volumes: cana, madeira, arroz, milho, soja, etc.



Perfil Futuro do Profissional da Pesquisa

O perfil futuro do profissional de ciência e da pesquisa no horizonte temporal de 2022 foi o tema de exercício prospectivo conduzido em parceria com as sociedades científicas brasileiras nas áreas de matemática, física e química, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

As atividades desse exercício foram delineadas a partir da realização de três workshops: o primeiro na sede da SBPC, em São Paulo, que reuniu cerca de 20 sociedades científicas; o segundo, na sede do CGEE, com representantes da comunidade científica nas áreas de ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias; e o terceiro, também no CGEE, que contou com a participação da Sociedade Brasileira de Química e da ABC.



Edição conjunta das revistas Química Nova e Parcerias Estratégicas realizada em cooperação com a Sociedade Brasileira de Química

A partir dessa articulação com a comunidade científica e dos levantamentos realizados, estabeleceram-se as seguintes dimensões para essa atividade de prospecção:

a organização institucional da pesquisa, considerando iniciativas como as das organizações sociais na gestão de laboratórios nacionais; das estratégias institucionais adotadas em universidades que aproximam a pesquisa das diversas formas sociais da apropriação de seus resultados; dos novos programas e mecanismos de financiamento de agências governamentais;

a formação do pesquisador, considerando as diversas etapas e níveis, especialmente quanto qualidade curricular; a adoção das novas tecnologias de ensino; a interface entre ensino, pesquisa e extensão; a cooperação das empresas e clientes das pesquisas no processo de formação do perfil do pesquisador; as condições de infra-estrutura e os mecanismos de fomento, dentre outras questões;

as externalidades ambientais, considerando as possibilidades, abrangência e as estratégias de inovação industrial e de P&D; as áreas científicas portadoras de futuro; as políticas públicas setoriais; e o desenvolvimento de serviços de interesse público, dentre outros fatores;

Adicionalmente, foram analisadas e debatidas as tendências internacionais sobre o tema foco dessa prospecção, considerando estudos realizados ou em andamento nos países com maiores

taxas de inovação industrial e de alta densidade de produção científica, do ponto de vista das dimensões consideradas.

Como resultado, foram lançadas as bases para uma maior aproximação entre a pesquisa institucionalizada na academia e aquela desenvolvida por empresas; a organização de espaços comuns de trabalho; o aprofundamento do debate acerca das agendas de pesquisa nas universidades e a interação entre as agendas nacional, regionais e do setor privado; a avaliação de programas nacionais, destacando a customização dos seus resultados; a ação seletiva de investimentos, integrando a formação de recursos humanos aos temas selecionados; uma maior participação de representantes de empresas que realizam investimentos em pesquisa, no processo de avaliação de programas de pesquisa e pós-graduação; uma maior interação entre programas de desenvolvimento regional e organização de programas e atividades de pesquisa.

Articulações em curso devem, ainda, dar origem à criação de observatórios junto às sociedades científicas, com o intuito de acompanhar, avaliar e estudar os desafios de desenvolvimento da pesquisa frente à competitividade industrial e às necessidades sociais e regionais do País.



Nanotecnologia

Esta atividade de prospecção foi conduzida em colaboração com o Sistema de Informação da Indústria Química e especialistas da Universidade Estadual de Campinas e, de acordo com a abordagem metodológica do CGEE, compreendeu a realização de amplo diagnóstico sobre as competências nacionais e internacionais em nanociência e nanotecnologia, debates sobre os impactos das mesmas em setores estratégicos da economia nacional e uma consulta nacional sobre tópicos tecnológicos prioritários.

Para efeito de um melhor posicionamento do Brasil no cenário internacional, o estudo analisou, em detalhe, a produção científica (artigos científicos publicados nos últimos dez anos) e tecnológica (patentes concedidas nos últimos cinco anos) de um conjunto selecionado de países (Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Suécia, Irlanda, Israel, Japão, Coreia, China, Taiwan, Índia, Austrália, África do Sul, Malásia e Tailândia), de acordo com termos em nanociência e nanotecnologia desenvolvidos pelo CGEE especialmente para esse fim. Adicionalmente, foram analisados documentos dos programas nacionais da maior parte dos Países mencionados, com o objetivo de identificar padrões de financiamento e áreas estratégicas apoiadas que pudessem orientar

investimentos a serem feitos por um programa nacional. Em paralelo às análises anteriores, o CGEE conduziu, por solicitação do MCT, uma consulta Delphi para a priorização de tópicos tecnológicos em nanotecnologia, com a participação de cerca de 600 especialistas identificados nos levantamentos iniciais realizados.

Os resultados obtidos foram, em grande medida, utilizados pelo MCT e suas agências para a preparação de editais de fomento à pesquisa científica e tecnológica, bem como para sensibilizar altas esferas de governo sobre a importância do tópico para o aumento da competitividade industrial do País. Um Caderno NAE, do Núcleo de Assuntos Estratégicos, específico sobre esse tema, será editado por solicitação da Presidência da República.

Biocombustíveis

Os estudos conduzidos pelo CGEE sobre este tema fizeram parte do conjunto de prospecções solicitadas pela Presidência da República e tiveram como objetivo principal identificar as tendências e oportunidades de substituição do diesel mineral por biodiesel, bem como analisar em profundidade a evolução da produção de álcool carburante a partir da cana-de-açúcar.



Cadernos NAE edição de número 2, sobre Biocombustíveis

No que diz respeito ao biodiesel, os estudos e notas técnicas produzidas abrangeram temas relativos a: capacidade agrônoma para suportar a implantação, manutenção e expansão da cultura da mamona nos próximos dez anos; estágio atual da conversão industrial de óleos vegetais no Brasil e no mundo; utilização do glicerol co-produzido; especificações técnicas e legislação pertinentes ao uso do biodiesel; custos e viabilidade econômica na produção de biodiesel a partir de mamona, soja e dendê; e impactos econômicos, sociais e ambientais relacionados com a produção de biodiesel.

Etanol

No caso do etanol, foram conduzidos dois estudos e notas técnicas relacionadas com a produção de álcool no País. O primeiro, destinado à Presidência da República, envolveu os seguintes temas:

base agrônômica para suportar a manutenção e expansão da cultura da cana nos próximos 20 anos;
situação atual e perspectivas (técnicas e legais) de resultados dos programas de análise funcional do genoma da cana-de-açúcar;
impactos econômicos sobre a produção de etanol no País;
tecnologia para a hidrólise e produção de etanol de palha e bagaço;
produção de energia elétrica excedente em usinas de cana;
demanda de etanol pelo Japão e outros Países nos próximos anos;
competitividade industrial do etanol brasileiro;
disponibilidade de áreas para a expansão da cultura da cana no País;
capacidade do setor de produção de equipamentos para suprir a implantação de novas unidades, incluindo os sistemas de co-geração para produção de excedentes de energia elétrica.

Os itens estudados nesta etapa foram fundamentais para a especificação das sete dimensões que estão sendo aprofundadas em estudo coordenado pelo CGEE e conduzido por equipe de pesquisadores da Unicamp, com vistas à identificação das iniciativas a serem tomadas no Brasil para a produção de grandes quantidades de etanol.

O segundo estudo foi realizado por solicitação do MCT em 2005. Englobou a concepção de cenários para a expansão, em grande escala, da produção nacional de etanol a partir de cana-de-açúcar, visando a substituir de 5% a 10% da gasolina consumida em âmbito mundial no horizonte de dez anos.

Neste estudo, foram analisadas dimensões relevantes para a produção sustentável de grandes quantidades de etanol, destacando-se:

	base genética para produção de cana em áreas não-tradicionais;
	seleção de áreas não-tradicionais para a expansão da cana, com especial ênfase para o Nordeste brasileiro;
	capacidade de expansão da indústria nacional para produção de novas usinas;
	geração de emprego e renda;
	desafios tecnológicos para manutenção da competitividade do setor a nível internacional;
	impactos da expansão da produção de grandes quantidades de etanol no produto interno bruto e em mercados de açúcar e álcool;
	transporte e logística.

Os resultados da primeira fase do estudo estão sendo apresentados para o CNDI, a ABDI, a administração superior do MCT e para a Casa Civil, no bojo das ações de governo coordenadas por essa última, de forma a apoiar as estratégias que visem consolidar o etanol como *commodity* de importância estratégica para o desenvolvimento do País.

Uma segunda fase deste estudo, iniciada em fevereiro de 2006, visa aprofundar as análises desenvolvidas em cada uma das dimensões em 2005 e identificar itens de uma agenda nacional de P&D que dê suporte à manutenção ou ampliação da competitividade que o País detém nessa área.

Como resultados preliminares desse esforço, foram identificadas 11 áreas que oferecem condições para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no País, com o propósito de desconcentrar a produção no Sudeste brasileiro e abrir novas oportunidades para essa atividade no Nordeste e no Meio-Norte, sem concorrer com áreas de preservação ambiental ou localizadas na Amazônia, ao priorizar áreas que não exijam irrigação. Adicionalmente, o estudo permitiu o desenvolvimento de uma matriz insumo-produto para a avaliação dos impactos do aumento de escala na produção de etanol de cana em cerca de 50 setores da economia. Houve, também, indicações importantes para o desenvolvimento da logística associada à produção e transporte do combustível para os principais centros de consumo no País e portos vocacionados para a exportação do etanol para Países importadores.

Este estudo objetiva, ainda, apresentar ao MCT uma agenda priorizada de investimentos em CT&I que permita ao Brasil manter-se ou ampliar a liderança tecnológica que exerce em âmbito mundial nesse tema. Particular atenção será dada às tecnologias de conversão da biomassa em etanol, com destaque para a hidrólise enzimática.



Biotechnologia

Os estudos sobre este tema foram mais intensivamente realizados pelo CGEE a partir de 2004 e objetivaram prover subsídios técnicos às várias instâncias de tomada de decisão na esfera federal, com ênfase para solicitações de estudos feitas pelo MCT, pelo NAE e pelo MDIC.

No conjunto de ações conduzidas, foram analisadas questões associadas ao marco regulatório nacional e internacional da biotecnologia, com destaque para os aspectos relacionados a:

biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs);

propriedade intelectual, metrologia, acesso aos recursos genéticos e certificação de produtos biotecnológicos;

tendências na formação de pessoal;

mecanismos de financiamento da bioindústria;

aspectos relacionados à percepção pública em relação aos desenvolvimentos recentes da biotecnologia;

e oportunidades de desenvolvimento de produtos nas áreas de hemoderivados, biomateriais, enzimas industriais, vacinas, kits diagnósticos e biopolímeros.

Os estudos conduzidos pelo CGEE para o NAE-PR sobre esse tópico foram importantes para a definição dos termos de revisão da legislação nacional de biossegurança e alocação de recursos dos fundos setoriais via subvenção econômica para as empresas.

Mudanças Climáticas Globais

Por demanda da Presidência da República, o CGEE realizou, em 2004, um amplo estudo prospectivo sobre as mudanças climáticas globais. O foco dessa análise foi a evolução dos impactos futuros, para o Brasil, provocados pela iminente entrada em vigor, à época, do Protocolo de Quioto. No conjunto de atividades foram conduzidos estudos sobre os seguintes aspectos:

negociações internacionais sobre a mitigação da mudança do clima;

vulnerabilidade, impactos e adaptação;

e crédito de carbono: mercado, oportunidades, ferramentas e trâmite institucional.

Os resultados dos estudos foram editados para fins de publicação de um conjunto de dois Cadernos NAE e estão sendo utilizados em um programa de capacitação empresarial, realizado em parceria com a CNI. Voltado para a elaboração de projetos relacionados com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o programa foi plenamente conduzido no segundo semestre de 2006, de acordo com o contrato de gestão.



Cadernos NAE edições de número 3 e 4, sobre Mudança do Clima

Tecnologias da Informação e Comunicação

O cenário das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em 2015, no Brasil e no mundo, foi o tema central de estudo prospectivo conduzido pelo CGEE em 2005, por solicitação do CCT e do NAE. O estudo mobilizou competências nacionais e internacionais em torno destes dez temas:

	indicadores para a Sociedade da Informação;
	marco regulatório sobre TICs no Brasil;
	inclusão digital e a base da pirâmide no Brasil;
	governança da internet;
	educação;
	componentes e dispositivos;
	PMEs e negócios eletrônicos;
	equipamentos de baixo custo;
	aplicações mobilizadoras;
	inovação.

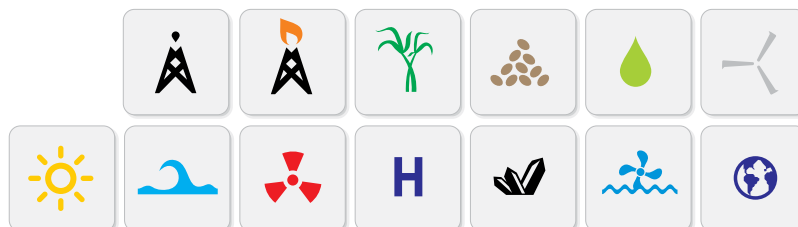
Os resultados da primeira fase desse exercício prospectivo deram origem a quatro cenários para as TICs no horizonte temporal de 2015, que são objeto de debate entre as instituições demandantes e os tomadores de decisão em outros foros nacionais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), e com instituições-chave do Sistema Nacional de Inovação, como a ABDI. De modo a dar continuidade aos estudos realizados e a prover informações ao sistema de fomento em CT&I, uma segunda fase para o aprofundamento dos resultados obtidos está sendo realizada ao longo de 2006.

Mapeamento de rotas tecnológicas para a Petrobras

O CGEE foi selecionado, por processo licitatório, pela Petrobras, por meio do seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello (Cenpes), para realizar um estudo de natureza prospectiva com o fim de consultar especialistas brasileiros e estrangeiros sobre tópicos tecnológicos

previamente definidos, utilizando a metodologia Delphi. O objetivo geral do estudo é buscar uma visão de futuro convergente na comunidade de especialistas em energia, nos horizontes temporais de 2010, 2020 e 2035, que servirá de base para a construção de rotas tecnológicas (roadmaps), de interesse da Petrobras.

13 fontes de energia analisadas no questionário: Petróleo, Gás Natural, Etanol, Biodiesel, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica, Nuclear, Hidrogênio, Carvão Mineral, Hidráulica e Geotérmica



Um questionário com o detalhamento de tópicos tecnológicos em 13 fontes de energia foi organizado em três conjuntos de questões. No primeiro, buscou-se identificar a participação das fontes de energia na matriz energética mundial nos três horizontes temporais. No segundo conjunto, o objetivo foi identificar o estágio de desenvolvimento em que estavam ou que se encontrarão os tópicos tecnológicos em cada horizonte temporal. O terceiro conjunto visou identificar o impacto que cada tópico tecnológico, nos três horizontes tecnológicos, poderá gerar nas seguintes áreas: geração de oportunidade de negócio, qualidade e segurança do fornecimento de energia, meio ambiente e desenvolvimento social.

O resultado da pesquisa Delphi será utilizado para construir cerca de 120 roadmaps indicativos para a Petrobras. Cada roadmap abrangerá um conjunto de tópicos tecnológicos interdependente, por fonte de energia, e deverá estar concluído até o final de 2006.



Cadeia de valor do setor de turismo no Brasil e redesenho de rotas aéreas

O CGEE foi contratado pelo Ministério do Turismo para executar duas ações. A primeira refere-se a um estudo aprofundado da cadeia de valor do turismo brasileiro e suas características relacionadas à competitividade internacional. Para tanto, encontra-se em fase final um diagnóstico do setor turístico brasileiro que contém a identificação de sua cadeia de valor, da problemática da competitividade nacional face ao padrão internacional de concorrência e dos impactos das negociações internacionais de liberalização de serviços turísticos. Esse diagnóstico permitirá uma abrangente compreensão do

setor e trará subsídios para a formulação de estratégias competitivas para o fortalecimento dos pólos turísticos do País.

Para a condução desse estudo, o CGEE mobilizou três grupos de consultores, a saber: o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit) da Unicamp, um consórcio formado por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (do Rio de Janeiro) e outro grupo composto por especialistas da Universidade de Brasília e da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. A conclusão desses trabalhos está prevista para o final de 2006.

O propósito da segunda ação é elaborar um diagnóstico do cenário do transporte aéreo na América do Sul. Serão identificadas as condições para a inserção competitiva das empresas aéreas no processo de integração regional. Esse estudo deverá evidenciar as condições para a criação de redes regionais e sul-americanas, economicamente viáveis, por meio da identificação de pares de cidades com potencial de demanda por transporte aéreo.

Para este trabalho, o CGEE teve a colaboração de um conjunto de especialistas liderados por Joseph Barat. Acompanhado por um grupo formado pela Embraer, Infraero, Ministérios da Defesa e do Turismo, Agência Nacional de Aviação Civil, Associação das Empresas de Transporte Aéreo e o próprio CGEE, da mesma forma que a primeira ação, esse estudo deve ser finalizado em finais de 2006.



Amazônia

O CGEE foi solicitado pelo NAE a promover estudos que contribuíssem para reforçar a soberania nacional na Região Amazônica. Assim, a organização de uma agenda prospectiva de questões essenciais para a CT&I na Amazônia deu início aos esforços do CGEE para mobilizar competências que viabilizem uma reflexão abrangente e a elaboração de propostas estratégicas para o desenvolvimento da região.

Uma análise dos principais programas e projetos em curso na área da CT&I, acompanhada da proposição de diretrizes para a organização de uma agenda futura de iniciativas estratégicas para a região, constituiu o resultado do primeiro estudo realizado pelo CGEE sobre o tema.

A agenda preliminar para a CT&I da Amazônia orientou a opção posterior de concentrar esforços na proposta de desenvolvimento de uma Rede de Conhecimento sobre a biodiversidade na Amazônia,

tendo por instrumento a organização do conhecimento científico e tecnológico disponível para promover o uso mais intenso e eficaz dos recursos da biodiversidade Amazônica. A demanda do NAE tem por referência que, embora o potencial de uso dos produtos e processos baseados na biodiversidade da região seja imenso, o aproveitamento desse potencial tem sido insatisfatório. Busca-se ampliar o uso social de formas inteligentes de extração de valor, sobretudo dos produtos da floresta, o que proporcionaria melhores condições para a preservação e conservação do bioma.

A proposta da Rede, incluindo a sugestão de suas características principais, encontra-se em fase final de redação. Estudo contratado à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), do Amazonas, detalhou a configuração das sub-redes ligadas aos setores de produção de fitoterápicos, de cosméticos, da fruticultura associada a alimentos e bebidas e, por fim, da piscicultura.

Planejamento e Avaliação do Sistema de CT&I

A avaliação estratégica dos impactos das políticas, programas e projetos de CT&I analisa as ligações entre objetivos, formas de organização e gestão, financiamento e participação dos atores, visando identificar a relevância de ações e sugerir seu aprimoramento. Relacionam-se, a seguir, de maneira sucinta, os resultados dos trabalhos realizados nessa linha de atuação.



Livro Branco de CT&I

A análise dos resultados da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e o apoio dado ao MCT na elaboração do 'Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação' foi uma das primeiras ações incluídas no conjunto inicial de metas do Contrato de Gestão.



Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação

Esse documento descreve os aspectos mais importantes da busca da nova institucionalidade do sistema, de acordo com debates ocorridos na Conferência. Enumera diretrizes estratégicas de longo prazo para CT&I no Brasil e que foram incorporadas ao planejamento estratégico do MCT, atualmente em fase de implementação. As principais conclusões e recomendações, constantes desse Livro, em grande medida atendidas, são:

ampliação da base de diálogo com a sociedade brasileira, notadamente com a comunidade científica e tecnológica, o setor privado e os outros Ministérios;

incorporação da dimensão inovação na agenda nacional de CT&I, com forte ênfase em programas cooperativos entre universidades e empresas;

reforma das Unidades de Pesquisa do MCT e incorporação da AEB e da Comissão Nacional de Energia Nuclear ao MCT;

recuperação dos incentivos à P&D no setor privado, com uma nova Lei de Informática e a aprovação da Lei 10.332, de 2001, que cria mecanismos de subvenção fiscal, equalização de taxas de juros e incentivo ao capital de risco e o envio ao Legislativo de proposta de Lei de Inovação;

reconceituação da cooperação internacional, na busca de melhor inserção do Brasil na CT&I mundial e no contexto da era do conhecimento;

ampliação da atuação da Finep;

incorporação de novos programas ao CNPq, incluindo o PADCT, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência do Ministério da Ciência e Tecnologia-Pronex e os Institutos do Milênio.

Apoio aos Fundos Setoriais

Desde sua criação, o CGEE esteve envolvido com os FS, tendo assumido a responsabilidade pelas Secretarias de Técnicas desses Fundos e realizado suas primeiras avaliações.

No final de 2002, encontravam-se em operação, no CGEE, dez Secretarias Técnicas dos Fundos Setoriais, a saber: CT-Petro, CT-Energ, CT-Hidro, CT-Mineral, Verde-Amarelo, CT-Infra, CT-Agro, CT-Saúde, CT-Transportes; CT-Bio. Articuladas com o CNPq e a Finep, em processo de gestão compartilhada, essas secretarias prestaram apoio técnico ao MCT na formulação de estratégias e programas de fomento em CT&I no âmbito da atuação dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.



Secretarias Técnicas de apoio ao MCT na gestão dos Fundos Setoriais: CT-Petro, CT-Energ, CT-Hidro, CT-Mineral, Verde-Amarelo, CT-Infra, CT-Agro, CT-Saúde, CT-Transpo, CT-Bio.

O corpo técnico de cada uma dessas secretarias foi responsável pelo planejamento e operação das atividades de prospecção e avaliação, em articulação com outros técnicos do CGEE especializados nesses temas. A fase inicial dos trabalhos caracterizou-se por um processo de prospecção tecnológica expedita (realizada em cerca de três meses) e avaliação de programas apoiados pelas agências do MCT. Essas ações foram importantes para a preparação das propostas de documentos de diretrizes dos fundos, bem como para a integração das ações em andamento nas agências com a nova lógica de financiamento advinda desse mecanismo.

A partir de 2003, as Secretarias Técnicas foram dissolvidas no Centro, que retomou a atividade de avaliação desses Fundos.

Institutos do Milênio

Uma das primeiras ações de avaliação conduzidas pelo CGEE refere-se ao Programa Institutos do Milênio. Essa avaliação foi incluída no contrato de gestão por solicitação da Secretaria Executiva do MCT. A metodologia referente a essa avaliação foi desenvolvida e aplicada em estreita cooperação com o CNPq, segundo orientações emanadas pela direção superior do Ministério.



O CGEE apoiou o MCT na atividade de avaliação Programa Institutos do Milênio, em estreita articulação com o CNPq

Esse programa, que visa apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de excelência em áreas estratégicas selecionadas, foi executado por 17 institutos com recursos da ordem de R\$ 105 milhões no período de avaliação, correspondente a novembro de 2001 a outubro de 2004.

A avaliação do programa, prevista nos Editais Milênio de janeiro e fevereiro de 2001, foi concluída em oficina de trabalho realizada no Rio de Janeiro de 7 a 10 de outubro de 2004, da qual participou a Comissão Especial de Avaliação designada pela Portaria 140 de 2004, do CNPq, composta por cientistas brasileiros e estrangeiros assim como pelos coordenadores dos 17 Institutos do Milênio e representantes do MCT e CNPq, com os seguintes objetivos:

-
- proporcionar uma visão de conjunto dos resultados das pesquisas realizadas em cada Instituto do Milênio;
-
- permitir a análise desses resultados pela Comissão Especial de Avaliação;
-
- elaborar relatório conclusivo, incluindo recomendações relativas a eventuais desdobramentos do programa.
-

Ao final da oficina de trabalho, foi elaborado e encaminhado ao MCT um relatório contendo sugestões e recomendações sobre o encaminhamento futuro desse programa, importante subsídio para sua continuidade.

Inova Nordeste

Em 2005, o CGEE realizou amplo estudo de identificação de oportunidades de fortalecimento de estratégias de inovação para o Nordeste Oriental, compreendendo as seguintes atividades:

levantamento exploratório sobre oportunidades, gargalos tecnológicos e demanda por inovação em segmentos, cadeias ou arranjos produtivos que integram a base produtiva do Nordeste Oriental, identificados a partir de estudos já existentes, considerando, ainda, programas, projetos e iniciativas promotoras de inovação implementados nos últimos dois anos por governos estaduais e pelo governo federal, especialmente por instituições como o MCT, a Finep, o Sebrae e o IEL;

realização da primeira oficina de trabalho do projeto, para definição de critérios de hierarquização de segmentos a serem aprofundados no projeto. Este processo de hierarquização foi elaborado de acordo com os seguintes critérios: potencial

de aproveitamento da base científica e tecnológica da Região; potencial para internacionalização; potencial para irradiação na base produtiva regional e nacional; grau de influência na qualidade de vida local e regional; grau de aderência à PITCE; capacidade adaptativa a novos padrões tecnológicos; potencial de mercado; existência de capacidade empresarial e possibilidade de usar tecnologias limpas;

escolha dos segmentos assim identificados: 1) Petróleo e Gás; 2) Segmentos Emergentes de Alto Conteúdo Tecnológico; 3) Fruticultura e Vitivinicultura; 4) Ovinocaprinocultura; e 5) Carcinicultura. Foi selecionada para aprofundamento a ação de 'Transposição do Conhecimento', abaixo caracterizada;

entrevistas nos estados, com especialistas e empresários, para o levantamento de informações relativas aos segmentos selecionados, para subsidiar a elaboração de um relatório preliminar. Este produto foi debatido em oficinas de trabalho realizadas para cada um dos segmentos em análise;

realização de oficinas de trabalho setoriais, com a participação do segmento empresarial e acadêmico envolvido com as atividades relacionadas aos demais segmentos. Nestas oficinas foram discutidas as iniciativas de promoção da inovação elaboradas pelos consultores, a partir de suas observações e das entrevistas realizadas.

O relatório final dessa atividade contém uma relação de iniciativas de promoção da inovação no Nordeste oriental brasileiro, tomando por base as dinâmicas produtivas, o potencial de adensamento de cadeias produtivas, os arranjos produtivos em estruturação, com destaque especial para as oportunidades recentes associadas ao processo de interiorização das universidades, a criação de centros de ensino técnico e a disseminação no interior da Região da rede de informação e comunicação de Infra-estrutura Ótica Nacional Nordeste (ION-NE).

Sugere-se, no documento, a possibilidade de colocar em prática a iniciativa estruturante de caráter horizontal denominada 'Transposição do Conhecimento', fundamentada em uma nova infra-estrutura de conhecimento em processo de expansão na Região. Os subsídios gerados no estudo estão sendo discutidos com o MCT para eventual apropriação ao longo dos próximos anos.



Projeto Brasil 3 Tempos

A capacidade do CGEE para mobilizar competências nacionais e internacionais nas esferas associadas a CT&I foi reconhecida pela Presidência da República, por meio da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom). O Centro foi contratado para prover subsídios técnicos associados ao projeto Brasil 3 Tempos (BR3T), financiado parcialmente com recursos do BNDES. O projeto tem por finalidades:



Número 1 da série de publicações Cadernos NAE, sobre o projeto Brasil 3 Tempos

definir objetivos nacionais de longo prazo para a construção de um pacto entre a sociedade e o Estado brasileiros acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos; e

criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais de longo prazo.

Por meio do BR3T, busca-se, ainda, propor um cenário positivo para o Brasil em médio prazo, utilizando abordagens inovadoras de planejamento de ações de governo, que assumem o conhecimento como vetor básico para o desenvolvimento do País.

Os estudos básicos do projeto BR3T foram todos concluídos em 2005 e formalmente entregues ao Núcleo de Assuntos Estratégicos para a concepção, pactuação e aplicação de soluções para as questões prioritárias identificadas.

Avaliação dos Fundos Setoriais

No início de 2005, também por solicitação da Secretaria Executiva do MCT, o CGEE coordenou a preparação de uma proposta metodológica com o objetivo de implantar um processo sistemático de

avaliação de esforço, de resultados e de impacto, associado ao fomento à CT&I via Fundos Setoriais.



Sistema Integrado de Informação sobre Fomento em CT&I

Na proposta, foram construídas as bases de instrumentos que possibilitam resgatar e tratar as informações sobre a evolução histórica de cada Fundo Setorial; analisar a aderência dos projetos fomentados, à luz das diretrizes básicas e orientações provenientes dos comitês gestores; e contribuir para a avaliação dos impactos científicos, tecnológicos, econômicos e sociais dos fundos setoriais.

Esta ação, que ainda possui desdobramentos importantes nos termos atuais do Contrato de Gestão, é coordenada por uma comissão integrada por representantes do MCT, do CNPq, da Finep e do CGEE e teve a sua primeira fase concluída em 2005, com o término do sistema de gestão das informações dos Fundos (com ampla participação das agências do MCT e o Instituto Brasileiro de Informação em C&T (IBICT) e da análise de aderência de seis fundos (CT-Agro, CT-Energia, CT-Petro, CT-Hidro, CT-Mineral, CT-Bio). Trata-se de elementos importantes para o aprimoramento do processo de tomada de decisão no âmbito do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais no MCT e dos Comitês Gestores dos fundos, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de maior visibilidade pública dessa estratégia de fomento pela sociedade.

Apesar dos progressos verificados em 2005, a plena gestão da informação associada aos fundos setoriais ainda depende de acertos institucionais no âmbito do MCT, que tornem a alimentação dessa base sistemática, condição necessária para a realização de ações contínuas de avaliação.



Apoio metodológico ao planejamento estratégico nas unidades de pesquisa do MCT

Em finais de 2004, o CGEE foi solicitado a fornecer apoio metodológico à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (Scup) do MCT com vistas à realização do planejamento estratégico das unidades de pesquisa desse Ministério. Para esse fim, foram mobilizadas competências nacionais com larga experiência na condução de atividades de planejamento em CT&I que, juntamente com a equipe do Centro, desenvolveram metodologia apropriada, treinaram facilitadores em todos os institutos de



Metodologia de Planejamento Estratégico para as Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia

pesquisa e conduziram, em parceria com atores locais, as atividades que permitiram a finalização dos Planos Diretores dos seguintes Institutos de Pesquisa: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Centro de Pesquisa Renato Archer (CenPRA), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional

de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Museu de astronomia e Ciências Afins (Mast), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Observatório Nacional (ON). Adicionalmente, quatro Organizações Sociais que mantêm contrato de gestão com o MCT – Impa, RNP, ABTLuS e IDSM – também instituíram seus processos de planejamento estratégico, com o mesmo apoio do CGEE, culminando com a elaboração dos seus Planos Diretores.



Subsídios para o planejamento estratégico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Dada a importância deste tipo de atividade para o alinhamento das ações de pesquisa dos institutos aos eixos estratégicos do MCT e outros programas e políticas de Estado e de governo, o Inpe contratou

o CGEE, ao final de 2005, para o desenvolvimento do seu processo de planejamento estratégico.

Esta ação, uma das atividades mais desafiadoras para o CGEE em 2006, foi conduzida em estreita interação com a comunidade interna do Instituto e com o Grupo de Estudos sobre a Organização da Pesquisa e da Inovação (Geopi), da Unicamp, abrangendo estudos aprofundados sobre os ambientes interno e externo que impactam a atuação do Inpe. O processo de planejamento produziu elementos geradores de reflexões importantes sobre o Programa Espacial Brasileiro e, particularmente, análises sobre aplicações estratégicas do programa para o aprimoramento da gestão do território nacional.

Este estudo, de amplas dimensões e complexidade, buscou responder, duas questões centrais para a atuação do Instituto:

Como fazer o programa espacial brasileiro ter o tamanho do Brasil?

Como organizar o Inpe para produzir ciência e tecnologia de impacto?

De modo a enfrentar esse desafio, as duas perguntas básicas deram origem a 10 temas trabalhados por 10 grupos temáticos compostos por especialistas do Inpe apoiados por consultores externos,, com a função de recomendar à coordenação do processo de planejamento um conjunto de estudos, palestras e notas técnicas encomendados a renomados especialistas do Brasil e do exterior. Com base nesses estudos, serão elaborados o Plano Diretor e o Plano Operativo do Instituto para o período 2007-2010.



3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A 3ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, realizada pelo MCT em Brasília no período de 16 a 18 de novembro de 2005, contou com participação expressiva do CGEE em sua organização e na geração de subsídios técnicos.



Abertura da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Sérgio Machado Rezende e o ex-ministro da Ciência e Tecnologia e deputado federal Eduardo Campos.

A primeira etapa preparatória da 3ª CNCTI foi a realização, em março de 2005, de cinco Seminários Temáticos enfocando os cinco grandes temas da Conferência, a saber: Inclusão Social, Áreas de Interesse Nacional, Gestão e Regulamentação, Presença Internacional e Geração de Riqueza. Organizados pelo CGEE, esses eventos contaram com a participação de cerca de 450 especialistas e convidados. A edição número 20 da revista 'Parcerias Estratégicas' publicou 91 artigos preparados pelos palestrantes dos seminários. As exposições dos palestrantes encontram-se reunidas em CDs



Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de CT&I (edição número 20 da revista Parcerias Estratégicas)

e DVDs e o material completo está disponível no sítio do CGEE.

Cinco Conferências Regionais antecederam a 3ª CNCTI. Em julho e agosto de 2005 foram realizadas reuniões nas capitais dos estados do Amazonas, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso e Pernambuco. Para

a consolidação das conferências regionais, o comitê organizador teve como parceira a Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti). A Confederação Nacional da Indústria também colaborou na promoção de seminários regionais e um seminário nacional sobre inovação tecnológica na indústria. Os resultados dos debates foram apresentados durante a Conferência.

A 3ª CNCTI reuniu 2.138 participantes em Brasília, com transmissão direta pela Rede Nacional de Pesquisa para cerca de 12 mil interessados, com um pronunciamento de abertura do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. Durante os três dias de trabalho foram realizadas palestras plenárias pela manhã e mesas-redondas à tarde, essas últimas distribuídas em cinco sessões paralelas, perfazendo um total de 34 mesas-redondas.

Durante os eventos ligados à 3ª CNCTI, buscou-se aproximar as comunidades acadêmica, empresarial, governamental e não-governamental e compartilhar com a sociedade aspectos

relevantes em CT&I que devem servir de base para políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento do País. Os resumos das proposições obtidas durante a Conferência foram divulgados em edição especial do Jornal da Ciência, editado pela SBPC, com a colaboração do CGEE.



3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações



Programa de Pesquisa do Brasil na Antártica

Em 2004, o CGEE foi solicitado a apoiar o processo de avaliação do Programa de Pesquisa do Brasil na Antártica (ProAntar), coordenado pelo CNPq, com foco no levantamento detalhado e análise das atividades apoiadas por esse programa nos últimos dez anos, em comparação com o desenvolvimento de pesquisas realizadas pelos Países representados no Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR) com vistas à proposição de linhas de ação que possam fortalecer a atuação brasileira no continente antártico.

Um levantamento aprofundado da produção científica e tecnológica mundial foi concluído em 2005, por meio de pesquisa eletrônica em bases de dados nacionais e internacionais e por intermédio de um conjunto de termos desenvolvidos especificamente para esse fim. A montagem de um banco de dados com a produção científica e tecnológica nacional encontra-se em estágio avançado, contemplando informações sobre a pesquisa realizada na Antártica pelo Brasil nos últimos 20 anos.

A equipe do CGEE destacada para essa atividade está concluindo outro levantamento sobre a participação do Brasil na pesquisa da Antártica junto à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm) ao CNPq. A compatibilização das informações obtidas tem exigido tratamento meticuloso, de informações sobre o conteúdo dos projetos, as áreas de pesquisa, os pesquisadores envolvidos, as instituições às quais estão vinculados os trabalhos publicados, além de algumas informações complementares de interesse para o processo de avaliação. A validação dos dados coletados será realizada por especialistas e, também, por meio de formulário eletrônico encaminhado aos pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos, contendo os dados obtidos no CNPq e Secirm.

Espera-se que, até o final de 2006, esse processo esteja concluído, incluindo o repasse das ferramentas de gestão da informação, desenvolvidas no processo de avaliação, para o CNPq.

As propostas e estratégias de ações sugeridas na Conferência Nacional estão sendo encaminhadas aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Adicionalmente, os resultados foram publicados em documento intitulado “Síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCTI”.

Financiamento à inovação

Durante os anos de 2004 a 2006, o CGEE intensificou seus estudos sobre mecanismos e instrumentos de financiamento à inovação. Realizou atividades voltadas para informar a tomada de decisão, relacionada, principalmente, com a aplicação da Lei de Inovação.

Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos sobre a alocação de subvenção econômica a empresas nas áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, incentivos a P&D ligados a compras governamentais, centros de inovação e extensionismo e análises das leis de incentivos fiscais, realizados por solicitação do MCT e sempre articulados com atividades conduzidas pela ABDI.



Papel das instituições estaduais do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

Um importante estudo de avaliação e intervenção no sistema nacional de inovação, em condução pelo CGEE, refere-se às ações que visam fortalecer o sistema composto pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), conduzido em parceria com o Conselho Nacional do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária (Consepa), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Rede de Inovação e Prospecção para o Agronegócio (Ripa), com suporte conceitual e metodológico da Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação.

Este projeto pretende diagnosticar e analisar as potencialidades futuras para o funcionamento articulado das Oepas com as demais instituições integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, coordenado pela Embrapa. Os questionários, entrevistas e reuniões de trabalho, base do diagnóstico, foram realizados com foco no papel estratégico desempenhado pela pesquisa agropecuária na promoção do desenvolvimento socioeconômico do País.

Pretende-se, ao final de 2006, oferecer às instâncias de governo, estaduais e nacional, alternativas para o fortalecimento do sistema do qual fazem parte as Oepas,



Apoio ao Fórum de Competitividade em Biotecnologia

Competências nacionais oriundas da academia, do setor produtivo e do governo foram mobilizadas para discutir e apresentar recomendações ao Fórum com vistas à elaboração, por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de uma política nacional de suporte ao setor

da bioindústria nacional. Esta atividade encerrou-se em março de 2006.

No caso dos estudos realizados no âmbito do contrato MDIC/CGEE foram priorizadas e realizadas atividades sobre

os seguintes temas: 1) consulta estruturada sobre a evolução dos principais marcos regulatórios em biotecnologia (acesso aos recursos genéticos, biossegurança, propriedade intelectual e apoio à inovação); 2) oportunidades de desenvolvimento da bioindústria nacional nas áreas de biopolímeros, biomateriais, produção de enzimas industriais, vacinas e kits diagnósticos para a saúde humana e animal; e, 3) aspectos relacionados com o desenvolvimento de recursos humanos para a bioindústria e mecanismos de financiamento à inovação para o setor de biotecnologia.



Relatórios finais dos estudos temáticos para o apoio ao Fórum de Competitividade em Biotecnologia, coordenado pelo MDIC

No segundo semestre de 2006, o MDIC lançou a Estratégia Nacional de Biotecnologia: política de desenvolvimento da bioindústria, em evento que contou com a presença dos titulares de quatro Ministérios (MDIC, MCT, Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), além de representantes das comunidades acadêmica, empresarial e governamental. Os resultados discutidos no âmbito do Fórum foram apropriados pelo MCT na elaboração dos primeiros editais de subvenção ao setor, lançados recentemente pela Finep, e na redação de um projeto de lei do Executivo a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Desenvolvimento dos Planos Tecnológicos Setoriais (PTS) e Iniciativa Nacional de Inovação (INI)

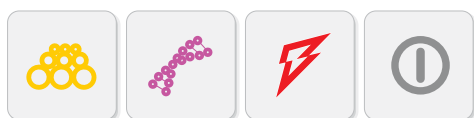
As ações destes projetos, realizadas em parceria com a ABDI, encontram-se em plena evolução. No primeiro semestre de 2006, foram estabelecidas as bases metodológicas para a condução dos Planos Tecnológicos Setoriais (PTS) e para a Iniciativa Nacional de Inovação (INI).



Planos Tecnológicos Setoriais. Com foco nos setores de calçados, médico-odontológico, aeronáutico e de plásticos

Estão sendo desenvolvidos, no momento, mapas tecnológicos para os setores de calçados, médico-odontológico, aeronáutico e de plásticos, trabalhos iniciados em 2006, das ações referentes aos setores de móveis, autopeças, eletrodomésticos, materiais de construção, confecções e cosméticos, completando os dez setores prioritários para esse tipo de ação.

No que se refere à INI, estão sendo iniciados quatro estudos de prospecção tecnológica nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia, energias renováveis e tecnologia da informação, que visam estabelecer um conjunto de ações prioritárias para o fortalecimento da inovação nessas áreas, em pelo menos quatro dimensões: talentos para inovação (recursos humanos), infra-estrutura (incluindo os marcos regulatórios mais relevantes), mercado e financiamento para iniciativas de inovação.



Iniciativas Nacionais de Inovação. Áreas com estudos prospectivos em fase de implantação: Nanotecnologia, Biotecnologia, Energias Renováveis e Tecnologia da Informação

É importante destacar que a metodologia proposta para a INI utiliza os conteúdos dos debates realizados no CGEE e em outras instituições sobre ações prioritárias para inovação nas quatro áreas mencionadas. Assim, os debates recentes no âmbito do MDIC e NAE sobre biotecnologia; os estudos realizados pelo CGEE por solicitação do NAE e do MCT sobre combustíveis a partir da biomassa (biodiesel e etanol); a prospecção TICs 2015 conduzida por solicitação do NAE e CCT; e os trabalhos realizados pelo CGEE sobre nanociências e nanotecnologias por demanda do MCT, NAE e AEB, serão detalhadamente examinados por ocasião da formulação do assim chamado 'marco inicial' da INI, ponto de partida para os debates em que serão definidas as agendas para cada uma dessas áreas.

Dimensão Territorial dos Planos Plurianuais

Após intenso processo de planejamento e interlocução com especialistas brasileiros e representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o CGEE firmou, em setembro de 2006, contrato administrativo com esse ministério para a prestação de serviços na geração de subsídios técnicos sobre a abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual (2008-2011) e no Plano Governamental de Longo Prazo.

Esse contrato visa a permitir que o principal instrumento de planejamento federal legado pela Constituição de 1988 possa beneficiar-se de uma compreensão dos fatos portadores de futuro para CT&I, além de suscitar a construção de carteiras de investimento voltadas à exploração dos potenciais de desenvolvimento das diversas regiões deste País continental e à redução das desigualdades regionais e sociais.

Ênfase será dada para a construção de uma carteira de investimentos em infra-estrutura e serviços para fazer frente às necessidades e demandas da sociedade, identificadas por meio da análise das determinações atuais e futuras do território.

Este trabalho foi esquematizado em sete módulos inter-relacionados, a serem concluídos até julho de 2007, assim identificados:

desenvolvimento de uma visão estratégica nacional;

definição de regiões de referência;

estudos prospectivos temáticos e setoriais;

proposta de carteira de investimentos;

impactos da carteira de investimentos por região de referência;

serviço de informações georreferenciadas; e

avaliação da sustentabilidade dos agrupamentos de projetos.

A dimensão dos estudos contratados levou o CGEE a se associar a especialistas e grupos de pesquisa brasileiros, reservando para o Centro a responsabilidade direta pelos módulos referentes ao desenvolvimento da visão estratégica nacional e pela realização de parte dos estudos prospectivos, assumindo, ainda, a coordenação geral do conjunto dos estudos com representantes do MP.



Pesquisa Oceanográfica

Entre os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar em 1982 e ratificar em 1988 a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), destacam-se aqueles relacionados à exploração, aproveitamento, conservação e gestão de recursos vivos e não-vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e de seu subsolo, atividades de natureza estratégica para o País.

Adicionalmente, o Brasil apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, um pleito para a ampliação de sua Plataforma Continental Jurídica em até 150 milhas, além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Isso representa um acréscimo de 900 mil km² de jurisdição sobre recursos naturais do leito e do subsolo do mar. O Brasil passará de uma atual jurisdição de 3,5 milhões para 4,4 milhões de km², o que corresponderá a mais da metade do território emerso ou a uma área correspondente àquela da Amazônia brasileira.



*Montagem a partir da maquete
do navio de pesquisa oceanográfica*

A escassa disponibilidade de navios de pesquisa oceanográfica limita drasticamente a capacidade nacional de aproveitamento das oportunidades identificadas nas áreas de ensino e pesquisa, em apoio a estratégias de desenvolvimento econômico e social a partir dos recursos do mar. Por esse motivo, o MCT, em articulação com órgãos de Marinha, solicitou ao CGEE, em finais de 2004, a coordenação do processo de elaboração de um projeto de engenharia naval para a construção de um navio de pesquisa oceanográfica, que será executado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais-Emgepron, de acordo com especificações desenvolvidas em parceria com as comunidades acadêmica, empresarial e de governo envolvidas, obtidas em workshop promovido pelo CGEE para esse fim. Espera-se que este projeto esteja concluído em 2008.



Seminário sobre a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)

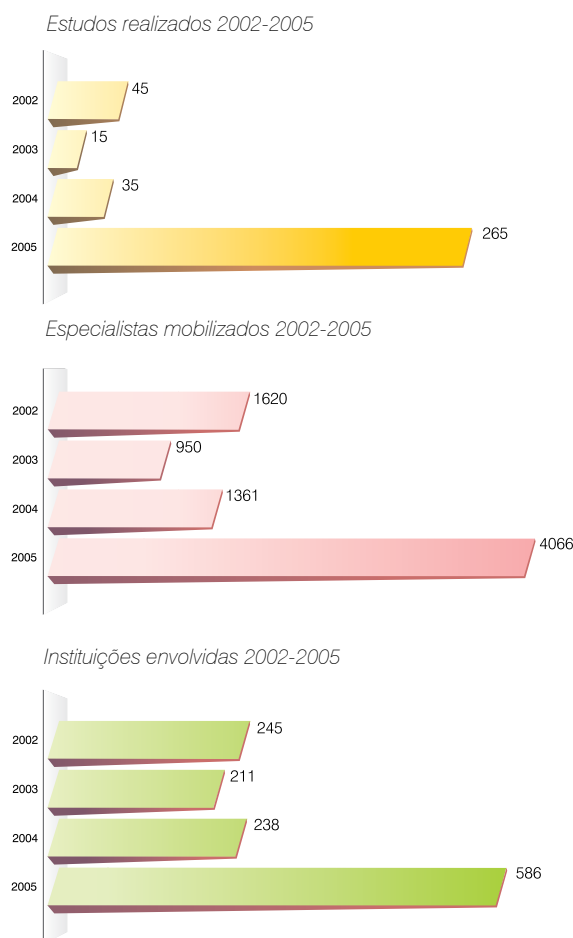
O CGEE realizou, em abril de 2006, em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Instituto de Planejamento Econômico (IPEA), um Seminário de Análise de Resultados da PNAD 2004. O objetivo do Seminário foi dar subsídios para a comunidade acadêmica preparar análises sólidas sobre os dados levantados pela PNAD 2004, fazendo comparações de séries históricas com dados de PNAD anteriores. Tais análises devem apontar erros e acertos das políticas públicas em curso, possíveis tendências, quando adequado formular cenários e sugerir uma agenda de atuação para os Órgãos Públicos responsáveis pela formulação e gestão de tais políticas sociais. Para tanto, organizou um encontro entre os produtores das estatísticas (IBGE), os acadêmicos responsáveis pelas análises e os gestores das políticas públicas dos Ministérios afetos às respectivas áreas.

A apresentação, pelo IBGE, dos resultados da PNAD 2004 e de cenários futuros da pesquisa abriu a discussão sobre os atuais procedimentos, levando a sugestão para inclusão de novos dados para próximas pesquisas, dada a dinâmica da composição social, econômica e geográfica do país. O Seminário discutiu estes temas: Distribuição de Renda e Pobreza, Mercado de Trabalho, Desenvolvimento Regional, Emprego Rural e Mudanças Demográficas.

Este Seminário deverá entrar no calendário de ações do CGEE, tendo sido considerado uma oportunidade de debater estudos com abordagens diferenciadas e, principalmente, de promover a interação entre os produtores da informação e seus usuários.

Difusão em CT&I

Em um país em que ainda não se conseguiu desenvolver uma cultura que reconheça o papel primordial da Ciência, Tecnologia e Inovação como propulsor do desenvolvimento, o Centro de Gestão e estudos estratégicos desempenha um papel de relevância crítica, em sua missão de difundir a informação nessa área.



Com essa finalidade, o Centro mantém seu sítio permanentemente atualizado com informações de relevância para o Sistema Nacional de CT&I, além de organizar, estimular e apoiar atividades que dão uma maior visibilidade à área, como as Conferências Nacionais de CT&I, feiras de ciências e prêmios correlatos.

Como parte dos esforços para fomentar as estratégias de prospecção, avaliação e de aumento da conscientização da importância das novas ferramentas de gestão de CT&I para a inovação e para o fortalecimento das políticas públicas e da economia nacional, o CGEE organiza eventos, seminários, cursos e workshops, voltados para o intercâmbio de experiências e ampliação do conhecimento existente sobre o tema no País.

Os eventos realizados pelo CGEE buscam, principalmente, fortalecer as atividades de pensar e debater o futuro e ampliar o escopo deste tipo de atividade nos meios acadêmico, governamental e empresarial, de modo a reforçar as redes de cooperação e a interlocução, articulação e interação dos atores e instituições do sistema nacional de inovação. A informação, o conhecimento e as percepções obtidas com essas atividades são utilizados por pessoas e organizações para tomar decisões, elaborar estratégias e, sobretudo, para reduzir as incertezas inerentes ao futuro.

Dentre os instrumentos especialmente projetados para a difusão de CT&I, utilizados pelo CGEE, que visam, também, favorecer a melhor interação entre os atores da área, destacam-se:

Portal Inovação

Revista Parcerias Estratégicas

Sistema Kori

O web site do CGEE

Portal Inovação

Uma importante atividade conduzida pelo CGEE é o desenvolvimento do Portal Inovação, serviço de governo eletrônico que objetiva aproximar geradores e usuários do conhecimento científico e tecnológico envolvidos em atividades de inovação tecnológica. Trata-se de um conjunto de ferramentas desenvolvido a partir de ação conjunta entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Centro e o Instituto Stela, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Construído com o que há de mais avançado em tecnologia da informação, permite ao setor empresarial identificar competências nas suas áreas de interesse, construir diretórios de competências e tornar disponíveis para os usuários do Portal questões desafiadoras no aperfeiçoamento e desenvolvimento de seus processos e produtos.



No que se refere ao setor acadêmico, o Portal abre espaço para que especialistas e instituições de ciência e inovação ofereçam soluções, independentemente de alguma demanda explicitada.

Ligações com outros portais dão aos usuários a possibilidade de obter, ainda, informações em diferentes campos de interesse das empresas e das instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Portal Inovação é, dessa maneira, uma ferramenta contemporânea de indução ao desenvolvimento, pela aproximação de dois de seus elementos fundamentais, capital e conhecimento.



Portal Inovação

<http://www.portalinovacao.mct.gov.br>

Revista Parcerias Estratégicas

‘Parcerias Estratégicas’ contribui para a difusão dos trabalhos, a divulgação e a promoção de debates sobre temas de interesse estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Em edições recentes, destacou os estudos sobre manipulações genéticas, bioética, arranjos locais de produção e fundos setoriais, entre outros temas. A atividade de prospecção e avaliação em Ciência e Tecnologia tem espaço cativo na publicação, dada sua afinidade e relevância para as atividades desenvolvidas no Centro. Procura, também, resgatar a história da C&T no Brasil e no mundo, com a seção memória.

*Parcerias Estratégicas
nº 22 lançada em
junho de 2006*



A Revista foi criada em 1996 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República e, desde 2001, é editada sob a responsabilidade do CGEE. Sua distribuição é gratuita, destinando-se os membros das comunidades científica, acadêmica, política, empresarial, imprensa e organismos internacionais, assim como instituições dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bibliotecas e instituições do sistema nacional de CT&I. Com uma tiragem de 3 mil exemplares, a Revista apresenta suas 23 edições on-line. Constata-se uma crescente demanda quanto a sua proposta editorial e aos conteúdos produzidos.

Sistema Kori

Base de dados disponível no sítio do CGEE, este sistema reúne informações sobre prospecção em CT&I e estudos de futuro, constituindo-se uma fonte atualizada para as comunidades interessadas no tema.

Um dos seus principais objetivos é ser um portal de conhecimento, reunindo e disponibilizando um conjunto



koricgee
www.cgee.org.br/kori

expressivo de informações sobre ações e temas estratégicos em CT&I, particularmente, no que se refere a estudos prospectivos e estudos de futuro, compreendendo dados de especialistas, grupos de pesquisa e instituições; resultados de estudos prospectivos conduzidos no Brasil e no exterior; artigos e trabalhos técnicos especializados e informações sobre eventos, constituindo-se uma base de informações única e peculiar no País.

Web site do CGEE

O CGEE divulga, por meio do site na Internet, notícias, resultados de estudos e publicações e busca prover às comunidades acadêmica, empresarial e governamental, informações atualizadas sobre temas de interesse estratégico. Este site encontra-se em constante evolução no sentido de tornar-se cada vez mais em uma ferramenta de apoio e de informação relacionada aos processos da inovação tecnológica no País.



cgee.org.br

Evolução dos recursos financeiros

Nos últimos cinco anos, o CGEE vivenciou um período de expansão de suas atividades, acompanhada por uma alocação crescente de recursos. Inicialmente, os valores repassados ao Centro eram provenientes exclusivamente do orçamento da administração direta do MCT. A partir de setembro de 2002, ao ser firmado o primeiro termo aditivo, houve uma alteração dessa situação, pois o CGEE passou a receber recursos do FNDCT por intermédio da Finep, que se tornou interveniente no Contrato de Gestão, enquanto Secretaria Executiva do FNDCT. Tal situação permanece inalterada.

Portanto, o fluxo de recursos, inicialmente restrito, só se intensificou no segundo semestre de 2002. As restrições iniciais foram acomodadas devido à existência de recursos financeiros trazidos pelo projeto de assistência preparatória à criação do Centro, firmado entre o MCT e o Pnud, com interveniência da Finep.

Esse financiamento permitiu o processo de implantação do Centro e o custeio da estruturação básica das suas ações finalísticas e persistiu até o final de setembro de 2002. Somente a partir de outubro desse ano é que o custeio das atividades do CGEE passou a ser realizado com a adição de recursos do FNDCT, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.

Receitas e dispêndios

Os recursos recebidos anualmente pelo CGEE, ao abrigo do Contrato de Gestão, durante todo o seu período de vigência (abril de 2002 a 31 de agosto de 2006) assim como os respectivos rendimentos financeiros, estão evidenciados na tabela 1. Nesse montante não estão incluídos recursos do nono termo aditivo, relativos ao exercício de 2006, firmado somente em setembro de 2006. Uma das características da dinâmica específica do Contrato de Gestão do CGEE foi a celebração dos aditivos em meados de cada exercício e, quase sempre, com ajustes complementares em novembro ou dezembro.

Tabela 1. Receitas (Contrato de Gestão MCT-CGEE)

Descrição/Exercício	2002	2003	2004	2005	2006 (*)	Total
Contrato de Gestão	7.900.000,00	5.335.500,00	13.064.500,00	29.624.000,00	1.370.000,00	57.292.266,89
Receitas financeiras	123.984,75	99.634,53	733.773,93	1.188.408,03	850.765,08	2.924.068,13
Total receitas	8.023.984,75	5.435.134,53	13.798.273,93	30.812.408,03	2.220.765,08	60.290.566,32

Obs.: (*) Refere-se ao período de janeiro a agosto.

As despesas efetuadas com utilização de recursos do Contrato de Gestão, no mesmo período, que foram agrupados em grandes segmentos, alcançaram os valores anuais constantes da tabela 2.

Tabela 2. Despesas (Contrato de Gestão MCT-CGEE)

Grupo de despesas/Exercício	2002	2003	2004	2005	2006(*)	Total
Pessoal e encargos	1.543.192,25	1.777.809,75	2.636.991,74	4.541.546,40	3.266.977,89	13.766.518,03
Despesas gerais administrativas	1.569.578,59	953.853,90	2.087.699,39	4.139.338,41	2.278.643,60	11.029.113,89
Outras despesas		290.321,62	1.784.698,94	4.305.529,27	1.610.688,32	7.991.238,15
Consultoria externa	1.036.433,59	353.943,64	2.058.667,43	12.245.043,75	3.170.550,08	18.864.638,49
Total despesas	4.149.204,43	3.375.928,91	8.568.057,50	25.231.457,83	10.326.859,89	51.651.508,56

Obs.: (*) Refere-se ao período de janeiro a agosto.

Adicionalmente, ao longo desse período, foram feitos investimentos, especialmente na infra-estrutura de informática e da rede de comunicações, mobiliário e outros bens necessários para o bom funcionamento do Centro, cujos valores alcançaram os montantes anuais constantes da tabela 3.

Tabela 3. Investimentos

Descrição	2002	2003	2004	2005	2006 (*)	Total
Investimentos	134.852,38	116.286,25	550.636,38	350.399,14	66.605,98	1.218.780,13
Total	134.852,38	116.286,25	550.636,38	350.399,14	66.605,98	1.218.780,13

Obs.: (*) Refere-se ao período de janeiro a agosto.

A tabela 4 apresenta um resumo de receitas e dispêndios com recursos do fomento público, por meio do Contrato de Gestão, no período compreendido entre abril de 2002 a agosto de 2006.

Tabela 4. Resumo geral do Contrato de Gestão 2002-2006

Descrição	2002	2003	2004	2005	2006 (*)	Total
Receitas	8.023.984,75	5.435.134,53	13.798.273,93	30.812.408,03	2.220.765,08	60.290.566,32
Despesas	4.149.204,43	3.375.928,91	8.568.057,50	25.231.457,83	10.326.859,89	51.651.508,56
Investimentos	134.852,38	116.286,25	550.636,38	350.399,14	66.605,98	1.218.780,13

Obs.: (*) Refere-se ao período de janeiro a agosto.

O gráfico 1 ilustra a demonstração de receitas e dispêndios com recursos do fomento público durante os exercícios de 2002 a 2005, evidenciando seu crescimento consistente com o incremento do volume das atividades desenvolvidas pelo CGEE, conforme relatado. Haja vista que o termo aditivo relativo às metas e valores referentes ao exercício de 2006 foi firmado somente em setembro, o gráfico 1 reflete valores comparativos das receitas e dispêndios do CGEE até o final do exercício de 2005,

com o intuito de evitar uma curva distorcida entre as receitas e dispêndios no atual exercício (2006). No entanto, a previsão é a manutenção das tendências para receitas e dispêndios verificados nos exercícios anteriores.

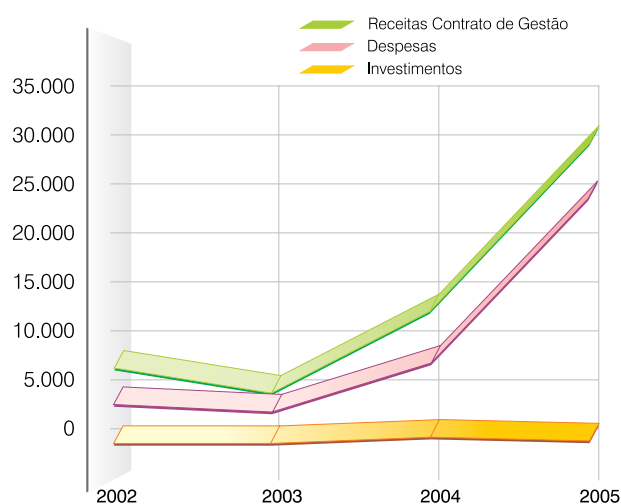


Gráfico 1. Comparativo de Receitas e Despesas – Contrato de Gestão

Apartir de 2003, em paralelo com as atividades pactuadas no Contrato de Gestão, o CGEE vem desenvolvendo estudos e pesquisas de interesse de diversos órgãos, mediante contratos de prestação de serviços. As receitas provenientes dessa prestação de serviços vêm crescendo lentamente, acompanhando a ampliação das atividades em geral do Centro, conforme demonstra o quadro comparativo das receitas de fomento e outras receitas, apresentado na tabela 5 e o gráfico 2.

Tabela 5. Comparação entre as Receitas de Fomento e outras Receitas

Fontes	2002	2003	2004	2005	2006 (*)	Total
Contrato de gestão	8.023.984,75	5.435.134,53	13.798.273,93	30.812.408,03	1.368.266,89	59.438.068,13
Outras receitas	0,00	1.100.457,90	2.565.762,78	1.522.186,43	3.151.962,55	8.340.369,66
Total	8.023.984,75	6.535.592,43	16.364.036,71	32.334.594,46	4.520.229,44	67.778.437,79

Obs.: (*) Refere-se ao período de janeiro a agosto.

É importante frisar que boa parte dos recursos recebidos e a receber em 2006 são provenientes de parcerias pactuadas e iniciadas ainda em 2005. Como nesses contratos geralmente os pagamentos ocorrem após a entrega dos produtos, os recebimentos estão acontecendo em 2006. Deste modo, o valor recebido a menor em 2005 não reflete uma diminuição dessas atividades de prestação de serviços. Ao contrário, houve em 2005 um crescimento do número de contratos administrativos, ainda que o reflexo financeiro esteja mais concentrado no atual exercício (2006).

O gráfico 2 apresenta uma estimativa para as receitas do Contrato de Gestão de 2006, em razão do processo de pactuação do nono termo aditivo se concluir somente em setembro desse ano. Da mesma forma, as receitas de prestação de serviços em 2006 foram estimadas. O gráfico permite uma visualização do comportamento provável das receitas nesse exercício.

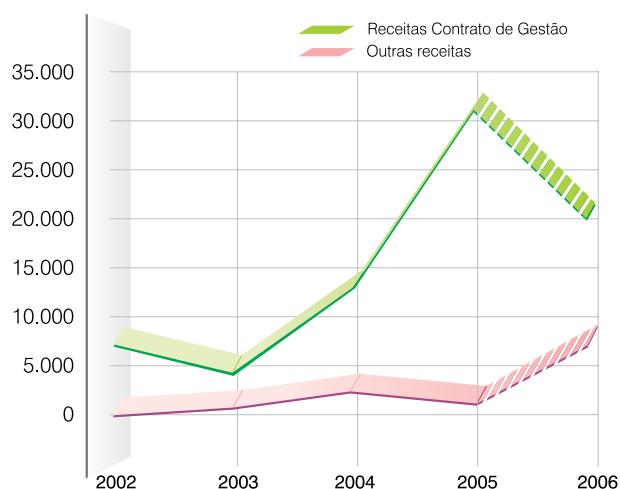


Gráfico 2. Comparação entre receitas do Contrato de Gestão e outras receitas

A cláusula quinta do Contrato de Gestão, em sua quinta subcláusula, estabelece: “Observados os efeitos de eventuais repactuações orçamentárias, o Centro poderá gastar até 60% dos recursos públicos financeiros a este repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem

percebidos pelos seus dirigentes e empregados”. O gráfico 3 mostra os percentuais de gastos com pessoal e encargos entre 2002 e 2005, em comparação com as receitas de fomento no mesmo período. Nesse gráfico, fica evidenciado que quanto maior o volume de atividades e receitas, menor o impacto dos custos fixos nos dispêndios do Centro. O maior percentual relativo dos custos fixos deu-se em 2003, em razão da forte queda das receitas e da existência de limites para a compressão dos gastos fixos mínimos necessários para o funcionamento de uma entidade qualificada como organização social.

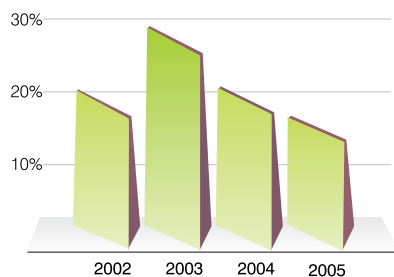


Gráfico 3. Percentual de gastos com pessoal e encargos dos recursos provenientes do Contrato de Gestão

Desafios e perspectivas

Espelhando-se na experiência internacional de organização dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, o CGEE constitui-se em uma instituição de interface entre o governo, a academia e o setor produtivo. Os resultados dos trabalhos do Centro, realizados em estreita colaboração entre os atores envolvidos, contribuem para a adoção de políticas que conjugam visões plurais associadas ao conhecimento e sua difusão na sociedade.

Intensificar as parcerias nacionais e internacionais com instituições similares ou complementares pode contribuir para assegurar ao CGEE um acompanhamento de tendências do estado-da-arte do conhecimento em suas áreas de competência. Seja em suas atividades de prospecção, seja naquelas de avaliação e disseminação de informação, o Centro depende crescentemente, para a consecução de seus objetivos, do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação e suas aplicações orientadas para a gestão do conhecimento.

Torna-se, assim, cada vez mais importante estabelecer marcos a serem perseguidos e definir caminhos de evolução a serem trilhados para consolidar o CGEE como uma entidade relevante para a sociedade, no momento atual e no longo prazo. É necessário sempre identificar o que mais precisa ser feito; quais são os desafios ainda presentes na trajetória institucional do Centro de forma a contribuir para sua evolução e sua maior efetividade e utilidade para o Sistema Nacional de CT&I.

No momento, o desafio mais importante para o CGEE está associado ao processo de consolidação de um modelo político-institucional especial, para o centro e para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e de uma metodologia de trabalho própria, inovadora. Muitas vezes, essa consolidação é dificultada pela resistência a mudanças, pelas barreiras fortemente enraizadas no marco legal e regulatório e pela cultura institucional dominante.

Há que se destacar a necessidade de tornar cada vez mais conhecidos os benefícios associados ao arranjo institucional ainda em construção. A participação dos diversos atores co-responsáveis pela concepção, definição e implementação de políticas confere um elevado grau de compromisso com esse processo de construção e com a governabilidade desse arranjo. Nesse sentido, é necessário promover o amadurecimento dos processos de trabalho em curso, considerando os envolvidos como partícipes, empreendedores e co-responsáveis pelas ações, desdobramentos e subseqüentes avaliações desses processos.

Nesse contexto, intensifica-se a necessidade de buscar recursos humanos altamente qualificados, contínua melhoria organizacional, seletividade no estabelecimento de parcerias e acuidade na construção de sua própria agenda estratégica.

Também desafiador para o CGEE é buscar promover condições efetivas para que o Brasil consiga estabelecer uma agenda estratégica para CT&I, definindo prioridades, focos e fronteiras a serem expandidas e selecionando oportunidades a explorar. Colaborar com o País na definição dessa agenda não é tarefa trivial, exigindo ação concertada, amparada em reflexão de qualidade, e uma postura pró-ativa por parte do Centro.

Como forma de contribuir para uma visão mais integrada da dimensão de CT&I no processo de desenvolvimento nacional, o CGEE deve contemplar, ainda, em sua agenda de trabalho, uma maior aproximação com os Poderes Legislativo e Judiciário.

Cada vez mais, o CGEE deverá se organizar para dar respostas rápidas e adequadas a demandas por estudos prospectivos e avaliações e assegurar continuado apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a outros Ministérios e órgãos de governo. O Centro também deve estar preparado para apoiar as empresas brasileiras em sua busca por maior competitividade e inovação, em especial no que diz respeito a estratégias, programas e projetos em CT&I relacionados ao seu campo de atuação.

Finalmente, cabe reiterar que, pelo desempenho alcançado e pela inovação que representa, o CGEE parece ter uma vocação natural para se tornar uma instituição de Estado. Essa vocação só será cumprida, porém, com a promoção do contínuo aperfeiçoamento institucional, a excelência na condução dos projetos e a diversificação de fontes de financiamento, de forma a assegurar a estabilidade institucional. Assim, o Centro tornar-se-á cada vez mais relevante para a sociedade, ao contribuir para a construção das bases de um Brasil identificado com Ciência, Tecnologia e Inovação, seguindo um processo de desenvolvimento sustentável e inserido privilegiadamente no cenário internacional.

Composição do CGEE

Conselho de Administração

ALYSSON PAOLINELLI (CNA)

ANGELA ULLER (Abipti)

CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XAVIER (MEC)

CARLOS AMÉRICO PACHECO (Associados)

CLEMENTE GANZ LÚCIO (Dieese)

EDUARDO MOACYR KRIEGER (ABC) - Presidente

ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO (CNPq)

GERALDO JOSÉ CORRÊA (Sebrae)

GUILHERME ARY PLONSKI (Anprotec)

HUGO BORELLI RESENDE (Anpei)

MARCO ANTÔNIO REIS GUARITA (CNI)

JOSÉ LUIZ FONTES MONTEIRO (Foprop)

JORGE BOUNASSAR FILHO (Confap)

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (MCT)

ODILON ANTONIO MARCUZZO DO CANTO (Finep)

RAFAEL LUCCHESI (Consecti)

MANUEL FERNANDO LOUSADA SOARES, suplente (MDIC)

SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA (SBPC)

Ex-conselheiros

CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO (Fórum dos Secretários Estaduais de C&T)

CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS (MCT)

FERNANDO OTÁVIO DE FREITAS PEREGRINO (Fórum dos Secretários Estaduais de C&T)

FRANCISCO ROMEU LANDI (Fórum das FAPs) - *in memoriam*

GERALDO NUNES SOBRINHO (CAPES)

JÚLIO SÉRGIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA (Sebrae)

MARIA JOSÉ LIMA DA SILVA (Foprop)

OLAVO BILAC PINTO NETO (Fórum dos Secretários Estaduais de C&T)

RONALD MARTIN DAUSCHA (Anpei)

SÉRGIO BAMPI (Fórum das FAPs)

SÉRGIO MACHADO REZENDE (Finep)

Presidentes

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO, Presidenta (a partir de 14/12/2005)

EVANDO MIRRA DE PAULA E SILVA, Presidente (até 13/12/2005)

Diretores

MARCIO DE MIRANDA SANTOS, Diretor Executivo

ANTÔNIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO, Diretor

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO, Diretor

ANTONIO SÉRGIO PIZARRO FRAGOMENI, Diretor (até 04/2002)

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO, Diretora (até 12/2003) e atual presidente

MARISA BARBAR CASSIM, Diretora (até 08/2003)

PAULO AFONSO BRACARENSE DA COSTA, Diretor (até 02/2006)

ROBERTO VERMULM, Diretor (até 12/2003)

Gestor Administrativo

ALDINO GRAEF

Corpo técnico

ANDERSON LOPES DE MORAES
ANTONIO CARLOS GUEDES
ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA
CARMEM S. C. BUENO
DALCI MARIA DOS SANTOS
DEAN WILLIAM MOARES CARMEIS
DERBLAY GALVÃO
DULCINEIA DIAS GOMES GALVÃO
ERNESTO COSTA DE PAULA
ESPER ABRÃO CAVALHEIRO
FLÁVIA MAIA JESINI
FLÁVIO GIOVANETTI DE ALBUQUERQUE
HUGO PAULO DO N. L. VIEIRA
JAILDO SANTOS PEREIRA
JOSÉ DEOCLECIANO S. S. JUNIOR
JOSÉ MARIA SEIXAS FONTELES
LÉLIO FELLOWS FILHO
LUIZ ROBERTO LIZA CURI
MARCELO DE MATOS
MARCELO KHALED POPPE
MARCO ANTONIO ANDRADE DIAS
MARIA ANGELA CAMPELO DE MELO
MARIA CARMEM BURLE DOS ANJOS
MARIA DE LOURDES C. DOS SANTOS
MARIA IZABEL DA COSTA FONSECA
MARILENA CUNHA LEME BEBERT
NATHÁLIA KNEIPP SENA
NEILA CRUVINEL PALHARES
NELIA PAMPLONA C. LIMA
PAULO CÉSAR GONÇALVES EGLER

PAULO DE QUEIROZ ROCHA PINTO
PAULO ESTEVÃO CRUVINEL
PRISCILLA MARA BERMUDEZ ARAÚJO
REGINA MARCIA DE CASTRO SILVA
REGINA MARIA SILVÉRIO
RODRIGO DE ARAÚJO TEIXEIRA
ROSANA BARROS BOANI PAULUCI
SILVIA MARIA VELHO
TATIANA MARIA DE C. PIRES

Corpo administrativo

ALEX DA CUNHA ARAÚJO
ALEXANDRA JOYCE KRUGER DA SILVA
ANA CRISTINA ALVES S. MAIA
ANA PAULA DE SENA
ANDRÉA PEREZ ALVES
AVELINO J. DE MAGALHÃES
BEATRIZ MARIA AIRES V. SALGADO
BERNARDO GODOY DE CASTRO
CARLOS EDUARDO CASSALTO SOARES
CHRISTIANE SOUZA P. DA S. MASSOUH
DOMINGAS ALMEIDA GOES
EUGÊNIA MARIA DÉ CARLI DE ALMEIDA
FERNANDO DE A. F. TÁVORA
GUISSELA GEORGINA PATINO OLIVEIRA
IRIS MARY DUARTE CARDOSO
JOSÉ COSMO DE SOUSA RODRIGUES
KÁTIA BRANDÃO DA SILVA
KENZIA MILENA VIANA DA COSTA
LÍCIA BONSI NEGRI

LUCIANA CARDOSO DE SOUZA

LUCIANO BARBOSA

MARA DA COSTA PINHEIRO

MÁRCIA S.DA R. TUPINAMBÁ

MARIA HELENICE ALVES DA SILVA

MARIELDA LIRA ANDRADE DUNN

MÔNICA PEREIRA MENDES

RIVANDA TAVARES MARTINS

ROBERT ANTÔNIO S. PEREIRA

ROGÉRIO MENDES CASTILHO

SANDRA ANDRADE DE LIMA

SANDRA MARA DA SILVA MILAGRES

SILVANA HELENA ALVES ROLON

SOLANGE CRISTINA B. FIGUEIREDO

THERESA REGINA MORAES SCAFE

VALDIANA PASSOS SANTOS DE CUNHA



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
5 anos



cgEE

Supervisão

Ministério da
Ciência e Tecnologia

